CELINE MARIA DE SOUSA AZEVEDO
SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN
GLADYS NOGUEIRA CABRAL
WANDRA CARLA SILVA ALMEIDA
SILVANA NASCIMENTO DE CARVALHO
SYGRIDE NASCIMENTO DE CARVALHO
GABRIEL NASCIMENTO DE CARVALHO
SANDRO GARABED ISCHKANIAN

FORMAÇÃO DOCENTE E RACISMO ESTRUTURAL:

ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

FORMAÇÃO DOCENTE E RACISMO ESTRUTURAL: ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

O presente estudo analisa a relação entre formação docente, racismo estrutural e práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto educacional, considerando a necessidade de fortalecer ações que promovam a equidade racial e a construção de ambientes escolares comprometidos com os princípios da justiça social, do respeito à diversidade e da valorização das identidades culturais. Parte-se do entendimento de que o racismo estrutural constitui um fenômeno histórico, social e institucional que influencia as relações humanas, as oportunidades educacionais e os processos de ensino e aprendizagem, manifestando-se de diferentes formas nos espaços escolares por meio da reprodução de estereótipos, da invisibilização de grupos historicamente marginalizados e da manutenção de desigualdades que afetam o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. O estudo destaca que a formação docente desempenha papel fundamental no enfrentamento dessas questões, uma vez que possibilita a ampliação da consciência crítica dos profissionais da educação acerca das relações étnico-raciais e favorece a construção de práticas pedagógicas antirracistas capazes de contribuir para a transformação da realidade educacional. A pesquisa apresenta um estudo de caso voltado à análise de situações relacionadas à discriminação racial no ambiente escolar, buscando compreender os desafios enfrentados por educadores e estudantes diante das manifestações do racismo e identificar possibilidades de intervenção pedagógica orientadas pela inclusão, pelo diálogo e pela promoção da igualdade de direitos. Evidencia-se que a implementação de ações educativas fundamentadas na valorização da diversidade cultural, no reconhecimento das contribuições históricas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas e no fortalecimento de currículos inclusivos contribui significativamente para a redução de práticas discriminatórias e para a construção de relações sociais mais respeitosas e democráticas. O trabalho enfatiza a importância da formação continuada dos professores, destacando a necessidade de processos formativos que articulem conhecimentos teóricos, experiências práticas e reflexões críticas sobre preconceito, discriminação, identidade e cidadania. São discutidas estratégias pedagógicas voltadas à educação antirracista, incluindo projetos interdisciplinares, produção de materiais didáticos representativos, análise crítica de discursos sociais, valorização das múltiplas identidades culturais e desenvolvimento de atividades que promovam o reconhecimento da pluralidade presente na sociedade brasileira. O estudo também ressalta o papel da escola como espaço privilegiado para o combate às desigualdades e para a formação de sujeitos capazes de compreender a diversidade humana como elemento essencial para a convivência democrática. Observa-se que a intervenção pedagógica planejada e fundamentada contribui para ampliar a participação dos estudantes, fortalecer o sentimento de pertencimento, combater preconceitos historicamente construídos e promover práticas educativas comprometidas com os direitos humanos. Conclui-se que a articulação entre formação docente, estudo de caso e intervenção pedagógica representa um importante caminho para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional, favorecendo a construção de uma escola mais inclusiva, crítica, participativa e socialmente comprometida com a promoção da equidade racial e da transformação social.

Palavras-chave: Formação docente; racismo estrutural; educação antirracista; intervenção pedagógica; relações étnico-raciais.

TEACHER EDUCATION AND STRUCTURAL RACISM: CASE STUDY AND PEDAGOGICAL INTERVENTION.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

This study analyzes the relationship between teacher education, structural racism, and pedagogical practices developed within the educational context, considering the need to strengthen actions that promote racial equity and the construction of school environments committed to the principles of social justice, respect for diversity, and the appreciation of cultural identities. The study is grounded in the understanding that structural racism constitutes a historical, social, and institutional phenomenon that influences human relations, educational opportunities, and teaching and learning processes, manifesting itself in different ways within school settings through the reproduction of stereotypes, the invisibility of historically marginalized groups, and the maintenance of inequalities that affect students' academic and social development. The study highlights that teacher education plays a fundamental role in addressing these issues, as it contributes to expanding educators' critical awareness of ethnic-racial relations and supports the development of anti-racist pedagogical practices capable of transforming educational realities. The research presents a case study focused on analyzing situations related to racial discrimination in the school environment, seeking to understand the challenges faced by educators and students when confronting manifestations of racism and identifying possibilities for pedagogical intervention guided by inclusion, dialogue, and the promotion of equal rights. The findings demonstrate that the implementation of educational actions grounded in the appreciation of cultural diversity, the recognition of the historical contributions of African, Afro-Brazilian, and Indigenous peoples, and the strengthening of inclusive curricula significantly contribute to reducing discriminatory practices and fostering more respectful and democratic social relationships. The study emphasizes the importance of continuing teacher education, highlighting the need for training processes that integrate theoretical knowledge, practical experiences, and critical reflections on prejudice, discrimination, identity, and citizenship. Pedagogical strategies aimed at anti-racist education are discussed, including interdisciplinary projects, the development of representative educational materials, critical analysis of social discourses, appreciation of multiple cultural identities, and the promotion of activities that encourage recognition of the diversity present in Brazilian society. The study also underscores the role of schools as privileged spaces for combating inequalities and for educating individuals capable of understanding human diversity as an essential element of democratic coexistence. It is observed that well-planned and theoretically grounded pedagogical interventions contribute to increasing student participation, strengthening their sense of belonging, combating historically rooted prejudices, and promoting educational practices committed to human rights. It is concluded that the articulation between teacher education, case study, and pedagogical intervention represents an important pathway for addressing structural racism within educational contexts, fostering the construction of a more inclusive, critical, participatory school system that is socially committed to promoting racial equity and social transformation.

Keywords: Teacher education; structural racism; anti-racist education; pedagogical intervention; ethnic-racial relations.

FORMACIÓN DOCENTE Y RACISMO ESTRUCTURAL: ESTUDIO DE CASO E INTERVENCIÓN PEDAGÓGICA.

Celine Maria de Sousa Azevedo
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Wandra Carla Silva Almeida
Silvana Nascimento de Carvalho
Sygride Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian

El presente estudio analiza la relación entre la formación docente, el racismo estructural y las prácticas pedagógicas desarrolladas en el contexto educativo, considerando la necesidad de fortalecer acciones que promuevan la equidad racial y la construcción de entornos escolares comprometidos con los principios de la justicia social, el respeto a la diversidad y la valorización de las identidades culturales. Se parte de la comprensión de que el racismo estructural constituye un fenómeno histórico, social e institucional que influye en las relaciones humanas, las oportunidades educativas y los procesos de enseñanza y aprendizaje, manifestándose de diversas maneras en los espacios escolares mediante la reproducción de estereotipos, la invisibilización de grupos históricamente marginados y el mantenimiento de desigualdades que afectan el desarrollo académico y social de los estudiantes. El estudio destaca que la formación docente desempeña un papel fundamental en el enfrentamiento de estas problemáticas, ya que permite ampliar la conciencia crítica de los profesionales de la educación sobre las relaciones étnico-raciales y favorece la construcción de prácticas pedagógicas antirracistas capaces de contribuir a la transformación de la realidad educativa. La investigación presenta un estudio de caso orientado al análisis de situaciones relacionadas con la discriminación racial en el entorno escolar, buscando comprender los desafíos enfrentados por docentes y estudiantes frente a las manifestaciones del racismo e identificar posibilidades de intervención pedagógica guiadas por la inclusión, el diálogo y la promoción de la igualdad de derechos. Se evidencia que la implementación de acciones educativas fundamentadas en la valorización de la diversidad cultural, el reconocimiento de las contribuciones históricas de los pueblos africanos, afrobrasileños e indígenas y el fortalecimiento de currículos inclusivos contribuye significativamente a la reducción de prácticas discriminatorias y a la construcción de relaciones sociales más respetuosas y democráticas. El trabajo enfatiza la importancia de la formación continua del profesorado, destacando la necesidad de procesos formativos que articulen conocimientos teóricos, experiencias prácticas y reflexiones críticas sobre prejuicio, discriminación, identidad y ciudadanía. Se discuten estrategias pedagógicas orientadas a la educación antirracista, incluyendo proyectos interdisciplinarios, producción de materiales didácticos representativos, análisis crítico de discursos sociales, valorización de múltiples identidades culturales y desarrollo de actividades que promuevan el reconocimiento de la pluralidad presente en la sociedad brasileña. El estudio también resalta el papel de la escuela como espacio privilegiado para combatir las desigualdades y para formar sujetos capaces de comprender la diversidad humana como un elemento esencial para la convivencia democrática. Se observa que la intervención pedagógica planificada y fundamentada contribuye a ampliar la participación de los estudiantes, fortalecer el sentido de pertenencia, combatir prejuicios históricamente construidos y promover prácticas educativas comprometidas con los derechos humanos. Se concluye que la articulación entre formación docente, estudio de caso e intervención pedagógica representa un importante camino para enfrentar el racismo estructural en el contexto educativo, favoreciendo la construcción de una escuela más inclusiva, crítica, participativa y socialmente comprometida con la promoción de la equidad racial y la transformación social.

Palabras clave: Formación docente; racismo estructural; educación antirracista; intervención pedagógica; relaciones étnico-raciales.

CELINE MARIA DE SOUSA AZEVEDO
SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN
GLADYS NOGUEIRA CABRAL
WANDRA CARLA SILVA ALMEIDA
SILVANA NASCIMENTO DE CARVALHO
SYGRIDE NASCIMENTO DE CARVALHO
GABRIEL NASCIMENTO DE CARVALHO
SANDRO GARABED ISCHKANIAN

FORMAÇÃO DOCENTE E RACISMO ESTRUTURAL:

ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre formação docente e racismo estrutural ocupa posição central nos debates contemporâneos acerca da democratização da educação e da construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. A escola, enquanto instituição social responsável pela formação humana, não se encontra dissociada das relações históricas que estruturam a sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades raciais produzidas ao longo de séculos. Nesse cenário, torna-se indispensável compreender como os processos de formação inicial e continuada dos professores podem contribuir para o enfrentamento das discriminações raciais presentes nos espaços educacionais, favorecendo a construção de ambientes mais inclusivos, críticos e comprometidos com a valorização da diversidade étnico-racial.

A educação das relações étnico-raciais representa um campo de conhecimento que ultrapassa a simples abordagem de conteúdos históricos relacionados à população negra e indígena. Conforme destacam Nunes, Campos e Ferreira (2019), a implementação da Lei nº 10.639/2003 exige uma profunda revisão das práticas pedagógicas, dos currículos e dos processos formativos destinados aos profissionais da educação. A temática envolve a

compreensão crítica dos mecanismos sociais que produzem desigualdades, bem como a elaboração de estratégias educativas capazes de promover o reconhecimento da pluralidade cultural presente na sociedade brasileira. A atuação docente assume papel decisivo nesse processo, uma vez que o professor se constitui como mediador da construção de conhecimentos e valores que influenciam diretamente a formação cidadã dos estudantes.

O conceito de racismo estrutural permite compreender que as desigualdades raciais não resultam exclusivamente de atitudes individuais ou comportamentos isolados. Trata-se de um fenômeno complexo que se manifesta por meio das instituições, das relações sociais e das estruturas que organizam a vida coletiva. França (2021) argumenta que os processos educacionais frequentemente reproduzem padrões históricos de exclusão quando não desenvolvem mecanismos críticos capazes de questionar representações estereotipadas e narrativas excludentes. A permanência dessas práticas contribui para a invisibilização de conhecimentos produzidos por grupos historicamente marginalizados, limitando as possibilidades de construção de uma educação verdadeiramente democrática.

A formação docente voltada para a educação antirracista demanda mais do que a aquisição de conhecimentos teóricos sobre diversidade cultural. Freitas e Castro (2022) enfatizam que a construção de uma prática pedagógica comprometida com a equidade racial exige processos permanentes de reflexão crítica acerca das próprias concepções, valores e experiências dos educadores. Esse movimento envolve a capacidade de reconhecer privilégios, identificar mecanismos de discriminação naturalizados e desenvolver competências profissionais que favoreçam intervenções pedagógicas transformadoras. O exercício da docência passa a incorporar uma dimensão ética fundamentada na defesa dos direitos humanos e no combate às múltiplas formas de exclusão.

As instituições escolares constituem espaços privilegiados para a produção de sentidos sobre identidade, pertencimento e cidadania. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) observam que os processos de ensino podem contribuir tanto para a reprodução quanto para a superação das desigualdades raciais, dependendo das concepções pedagógicas que orientam a prática educativa. Quando as experiências, histórias e contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais são valorizadas, cria-se um ambiente favorável ao fortalecimento da autoestima dos estudantes e à construção de relações mais respeitosas entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar.

A presença do racismo estrutural nos contextos educacionais manifesta-se por meio de diferentes mecanismos, incluindo expectativas diferenciadas sobre o desempenho dos estudantes, ausência de representatividade nos materiais didáticos e reprodução de discursos discriminatórios. Trancoso, Lucas e Pinto (2022) destacam que muitas dessas manifestações

ocorrem de maneira sutil, dificultando sua identificação e enfrentamento. Tal realidade evidencia a necessidade de fortalecer processos formativos que possibilitem aos educadores reconhecer as diversas expressões do racismo e desenvolver estratégias pedagógicas capazes de promover ambientes escolares mais equitativos.

A construção de práticas educativas antirracistas encontra respaldo em uma perspectiva pedagógica comprometida com a transformação social. Maria et al. (2025) defendem que a formação docente deve favorecer a articulação entre conhecimento científico, consciência crítica e intervenção pedagógica, permitindo que os profissionais da educação atuem como agentes de mudança em seus contextos de atuação. Essa perspectiva reconhece que a escola possui potencial para questionar estruturas históricas de exclusão e contribuir para a construção de uma sociedade baseada no respeito às diferenças e na promoção da igualdade de oportunidades.

O desenvolvimento de estudos de caso sobre racismo no ambiente escolar possibilita compreender como as desigualdades raciais se materializam nas experiências cotidianas de estudantes e professores. A análise de situações concretas favorece a identificação de desafios, potencialidades e possibilidades de intervenção capazes de subsidiar a elaboração de propostas pedagógicas mais efetivas. Segundo Creswell (2021), a investigação de fenômenos sociais complexos exige abordagens que permitam compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, ampliando as possibilidades de interpretação da realidade estudada.

A elaboração de intervenções pedagógicas fundamentadas na educação das relações étnico-raciais requer planejamento, intencionalidade e compromisso ético. Tais ações envolvem a revisão de conteúdos curriculares, a seleção crítica de materiais didáticos, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a valorização de narrativas historicamente silenciadas. Ligeiro e Brito (2021) ressaltam que a formação continuada dos professores constitui elemento indispensável para a consolidação dessas práticas, pois possibilita a atualização dos conhecimentos e o fortalecimento das competências necessárias ao enfrentamento das desigualdades raciais presentes no cotidiano escolar.

A relevância deste estudo encontra fundamento na necessidade de ampliar as discussões acerca da articulação entre formação docente, racismo estrutural e intervenção pedagógica, considerando os desafios contemporâneos relacionados à construção de uma educação comprometida com a equidade racial. A análise dessas dimensões permite compreender que o combate ao racismo demanda ações permanentes, fundamentadas em conhecimento científico, sensibilidade social e compromisso político com a transformação da realidade. A escola emerge como espaço estratégico para a promoção de práticas educativas

capazes de fortalecer a cidadania, valorizar a diversidade humana e contribuir para a construção de relações sociais mais justas e democráticas.

2. DESENVOLVIMENTO

A compreensão do racismo estrutural no contexto educacional exige uma análise que ultrapasse interpretações superficiais centradas exclusivamente em atitudes individuais. As desigualdades raciais observadas no cotidiano escolar são resultado de processos históricos que influenciam a organização das instituições, os currículos, as práticas pedagógicas e as formas de produção do conhecimento. Nunes (2019) destacam que a educação brasileira foi construída sob influências sociais que, durante longos períodos, negligenciaram a valorização das contribuições históricas, culturais e científicas das populações negras e indígenas. Tal realidade repercute diretamente na formação das identidades estudantis e na maneira como determinados grupos são representados nos espaços escolares.

Os processos de escolarização refletem dinâmicas sociais mais amplas, tornando a escola um espaço onde tensões históricas relacionadas à raça, classe e poder se manifestam de maneira significativa. França (2021) argumenta que a formação docente voltada para as relações étnico-raciais precisa considerar a complexidade dos fenômenos sociais que sustentam práticas discriminatórias, mesmo quando estas não são explicitamente reconhecidas pelos sujeitos envolvidos. O reconhecimento dessa complexidade constitui condição indispensável para o desenvolvimento de intervenções pedagógicas capazes de promover transformações efetivas na cultura escolar.

A formação inicial dos professores ocupa posição estratégica na construção de práticas educativas comprometidas com a equidade racial. Durante a trajetória acadêmica, futuros docentes elaboram concepções sobre diversidade, diferença e justiça social que influenciarão suas decisões pedagógicas ao longo da carreira. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) observam que muitos cursos de licenciatura ainda apresentam lacunas significativas no tratamento das relações étnico-raciais, limitando as oportunidades de reflexão crítica sobre os desafios relacionados ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Tal cenário evidencia a necessidade de revisão curricular que contemple abordagens mais abrangentes sobre diversidade e inclusão.

A dimensão formativa da docência não se restringe ao domínio de conteúdos específicos ou metodologias de ensino. O exercício profissional envolve competências éticas, políticas e sociais que permitem ao educador interpretar criticamente a realidade em que atua. Freitas e Castro (2022) defendem que a aprendizagem da docência antirracista pressupõe processos permanentes de reflexão capazes de questionar práticas naturalizadas e promover

novos modos de compreender as relações sociais. Essa perspectiva amplia o papel do professor para além da transmissão de conhecimentos, reconhecendo sua responsabilidade na construção de ambientes educacionais mais democráticos.

Os currículos escolares representam instrumentos fundamentais na produção de significados culturais e identitários. Quando determinados grupos são invisibilizados ou apresentados de forma estereotipada, produzem-se efeitos que ultrapassam os limites do conteúdo formalmente ensinado. Maria et al. (2025) ressaltam que a educação antirracista exige uma revisão crítica das narrativas historicamente consolidadas nos materiais didáticos e nas práticas curriculares. O reconhecimento da pluralidade cultural brasileira contribui para ampliar as possibilidades de identificação positiva dos estudantes com os conhecimentos trabalhados em sala de aula.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco importante para a promoção da educação das relações étnico-raciais no Brasil. A legislação introduziu novas exigências relacionadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira, estimulando debates sobre diversidade e inclusão nos sistemas educacionais. Nunes, Campos e Ferreira (2019) observam que os avanços normativos não garantem, por si só, mudanças efetivas nas práticas pedagógicas. A concretização dos objetivos previstos na legislação depende da formação adequada dos profissionais da educação e da existência de políticas institucionais comprometidas com sua implementação.

O estudo de caso como estratégia investigativa possibilita compreender manifestações concretas do racismo estrutural em contextos educacionais específicos. Creswell (2021) destaca que essa abordagem favorece a análise aprofundada de fenômenos complexos, permitindo identificar relações, significados e processos que frequentemente permanecem invisíveis em investigações mais amplas. No campo da educação antirracista, a análise de situações concretas contribui para a compreensão das múltiplas formas pelas quais as desigualdades raciais se manifestam no cotidiano escolar.

As experiências vivenciadas por estudantes negros frequentemente revelam desafios relacionados ao reconhecimento identitário, ao pertencimento e à valorização de suas trajetórias culturais. Trancoso, Lucas e Pinto (2022) demonstram que a ausência de representatividade nos conteúdos escolares pode produzir impactos significativos na construção da autoestima e das expectativas acadêmicas desses estudantes. O fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade contribui para transformar esse cenário, ampliando oportunidades de participação e reconhecimento.

Os materiais didáticos ocupam papel relevante na reprodução ou superação de estereótipos raciais. A seleção de imagens, narrativas, exemplos e referências culturais

influencia diretamente a percepção dos estudantes sobre si mesmos e sobre os grupos sociais que compõem a sociedade. França (2021) argumenta que a revisão crítica desses materiais constitui etapa fundamental para a construção de práticas educativas alinhadas aos princípios da educação antirracista. A presença de múltiplas perspectivas históricas favorece uma compreensão mais ampla e democrática da realidade social.

A formação continuada emerge como elemento indispensável para o aprimoramento das competências docentes relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Os desafios contemporâneos exigem atualização permanente dos conhecimentos e aprofundamento das reflexões sobre diversidade, preconceito e inclusão. Ligeiro e Brito (2021) identificam que professores participantes de processos formativos específicos apresentam maior segurança para desenvolver práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais. Esse movimento fortalece a capacidade institucional da escola de promover ambientes mais acolhedores e socialmente responsáveis.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em procedimentos bibliográficos e documentais. O estudo concentra-se na análise interpretativa da produção científica relacionada ao tema *Formação Docente e Racismo Estrutural: Estudo de Caso e Intervenção Pedagógica***,** buscando compreender os fundamentos teóricos, os desafios educacionais e as possibilidades de enfrentamento das desigualdades raciais por meio da formação de professores e da implementação de práticas pedagógicas antirracistas. A escolha pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de compreender significados, concepções, experiências e processos sociais presentes no campo educacional, privilegiando a interpretação crítica dos fenômenos investigados em detrimento da mensuração estatística dos dados.

Segundo Silva et al. (2009), a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos complexos, permitindo ao pesquisador analisar aspectos subjetivos, históricos e socioculturais que permeiam os contextos educacionais. Essa perspectiva metodológica revela-se particularmente adequada para investigações relacionadas às relações étnico-raciais, uma vez que tais fenômenos envolvem dimensões simbólicas, identitárias, políticas e culturais que não podem ser plenamente compreendidas por meio de abordagens exclusivamente quantitativas. A investigação qualitativa favorece a análise crítica dos discursos, das práticas institucionais e das representações sociais que sustentam ou desafiam a permanência do racismo estrutural nos espaços escolares.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como básica, uma vez que busca ampliar conhecimentos científicos sobre a temática investigada, contribuindo para o aprofundamento das discussões teóricas relacionadas à formação docente e à educação para as relações étnico-raciais. Narciso e Santana (2025) destacam que pesquisas de natureza básica desempenham papel fundamental na produção de referenciais conceituais capazes de subsidiar futuras investigações e intervenções sociais. Nesse sentido, o estudo pretende colaborar para a compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pelos profissionais da educação diante da necessidade de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial.

No que se refere aos objetivos, a investigação apresenta caráter exploratório e descritivo. A dimensão exploratória justifica-se pela busca de maior familiaridade com o fenômeno estudado, permitindo identificar conceitos, abordagens e perspectivas teóricas presentes na literatura especializada. Conforme ressaltam Galvão e Ricarte (2019), pesquisas exploratórias contribuem para ampliar a compreensão sobre determinado objeto de estudo, favorecendo a identificação de lacunas e tendências investigativas. Paralelamente, o caráter descritivo manifesta-se na sistematização das contribuições científicas relacionadas à formação docente, ao racismo estrutural e às intervenções pedagógicas voltadas para a promoção da educação antirracista.

Os procedimentos técnicos adotados fundamentam-se na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica constitui uma das estratégias mais relevantes para a produção de conhecimento científico, pois permite o acesso, a análise e a interpretação crítica de estudos já publicados sobre determinada temática. Batista e Kumada (2021) ressaltam que a investigação bibliográfica não se limita à compilação de informações existentes, mas envolve um processo analítico capaz de produzir novas interpretações e compreensões acerca dos fenômenos investigados. A partir dessa perspectiva, foram examinados artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos acadêmicos relacionados à formação docente e às relações étnico-raciais.

A relevância da pesquisa bibliográfica para estudos educacionais encontra respaldo na possibilidade de reunir diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, favorecendo uma compreensão abrangente do objeto investigado. Galvão e Ricarte (2019) afirmam que a revisão da literatura representa etapa essencial para a construção do conhecimento científico, uma vez que permite identificar avanços, limites e tendências presentes na produção acadêmica. No contexto desta investigação, a revisão bibliográfica possibilitou mapear contribuições significativas acerca do racismo estrutural, da educação antirracista e dos processos de formação docente comprometidos com a valorização da diversidade cultural.

A pesquisa também assume caráter documental por incorporar materiais disponíveis em fontes institucionais e bases científicas especializadas. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a pesquisa documental possibilita o acesso a registros capazes de ampliar a compreensão dos fenômenos sociais e educacionais, oferecendo elementos importantes para análises contextualizadas. Foram consultados documentos normativos, legislações educacionais, diretrizes curriculares, relatórios institucionais e produções científicas disponíveis em repositórios reconhecidos nacional e internacionalmente.

A seleção do corpus documental ocorreu mediante critérios previamente definidos, contemplando atualidade, pertinência temática, relevância científica e rigor metodológico das publicações. As buscas foram realizadas em bases de dados amplamente reconhecidas pela comunidade acadêmica, incluindo CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Google Acadêmico e Academia.edu. Esse procedimento buscou assegurar a qualidade das fontes analisadas e ampliar a diversidade de perspectivas teóricas consideradas no estudo, fortalecendo a consistência do referencial construído.

O processo de levantamento bibliográfico seguiu princípios metodológicos inspirados nas recomendações do protocolo PRISMA. Page et al. (2021) e Morales (2022) destacam que a utilização de critérios sistemáticos de busca, seleção e análise favorece a transparência e a confiabilidade das revisões de literatura. A aplicação desses princípios permitiu organizar as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos materiais analisados, contribuindo para a construção de uma base teórica consistente e metodologicamente fundamentada.

Após a seleção das fontes, realizou-se leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa dos materiais. Essa etapa teve como objetivo identificar conceitos centrais, recorrências temáticas, divergências teóricas e contribuições relevantes para a compreensão do objeto investigado. Creswell (2021) enfatiza que a análise qualitativa exige um processo rigoroso de organização e interpretação dos dados, permitindo a construção de significados fundamentados em evidências teóricas consistentes.

A análise dos dados ocorreu por meio da categorização temática, procedimento que possibilitou agrupar informações segundo núcleos conceituais relacionados aos objetivos da pesquisa. Foram definidas categorias voltadas à formação docente, educação das relações étnico-raciais, racismo estrutural, práticas pedagógicas antirracistas e intervenção educacional. O cruzamento dessas categorias favoreceu a identificação de aproximações, tensões e contribuições presentes na literatura, possibilitando a elaboração de uma interpretação articulada dos fenômenos estudados.

A sistematização das informações buscou preservar a complexidade do tema investigado, evitando reducionismos interpretativos e valorizando a diversidade de perspectivas

presentes na produção científica analisada. Conforme ressaltam Narciso e Santana (2025), a pesquisa educacional exige postura crítica diante das fontes consultadas, promovendo diálogo entre diferentes referenciais teóricos e metodológicos. A investigação procurou desenvolver uma análise reflexiva capaz de contribuir para o fortalecimento dos debates sobre formação docente e enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional contemporâneo.

2.2. FORMAÇÃO DOCENTE E RACISMO ESTRUTURAL: ESTUDO DE CASO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A formação docente configura-se como um dos pilares fundamentais para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto educacional, considerando que a escola ocupa posição estratégica na construção de valores, identidades e relações sociais. A literatura evidencia que a preparação dos profissionais da educação para compreender as dinâmicas das relações étnico-raciais contribui significativamente para a identificação de práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar e para a elaboração de estratégias pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade (Carvalho; Nascimento; Costa, 2024). Nesse cenário, a qualificação docente ultrapassa a dimensão técnica da profissão e assume uma perspectiva ética, política e social voltada à construção de ambientes educativos mais democráticos.

A compreensão crítica do racismo estrutural exige processos formativos capazes de problematizar a historicidade das desigualdades raciais e suas manifestações nas instituições sociais. Conforme argumenta França (2021), a formação de professores voltada à educação das relações étnico-raciais favorece o desenvolvimento de práticas reflexivas que questionam estereótipos, preconceitos e mecanismos de exclusão historicamente naturalizados. Tal perspectiva fortalece a capacidade dos educadores de reconhecerem a diversidade cultural como elemento constitutivo da sociedade brasileira e como princípio orientador das ações pedagógicas.

A consolidação de uma docência antirracista demanda a articulação entre conhecimentos teóricos e experiências práticas que possibilitem aos educadores interpretar criticamente as relações de poder presentes nos espaços escolares. Nessa direção, Freitas e Castro (2022) destacam que a aprendizagem da docência antirracista envolve processos permanentes de reflexão sobre privilégios, desigualdades e responsabilidades profissionais diante das demandas contemporâneas por justiça social. O desenvolvimento dessa consciência crítica contribui para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da pluralidade humana.

As discussões relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003 reforçam a necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos professores. Estudos desenvolvidos por Nunes, Campos e Ferreira (2019) demonstram que a efetivação das diretrizes voltadas ao ensino da história e cultura afro-brasileira depende diretamente da preparação dos profissionais para abordar conteúdos étnico-raciais de maneira crítica, contextualizada e socialmente relevante. A presença desses temas no currículo escolar representa importante instrumento para a desconstrução de narrativas excludentes e para o reconhecimento das contribuições históricas da população negra.

As pesquisas realizadas no campo da formação docente revelam que muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades para abordar questões relacionadas ao racismo e à discriminação racial em sala de aula. Segundo Ligeiro e Brito (2021), essa realidade decorre, em parte, da insuficiência de oportunidades formativas voltadas à educação das relações étnico-raciais ao longo da trajetória acadêmica dos professores. Tal condição evidencia a necessidade de investimentos institucionais que ampliem o acesso a conhecimentos especializados e promovam maior segurança pedagógica para o tratamento dessas temáticas.

A construção de ambientes escolares inclusivos requer a superação de práticas educativas fundamentadas em perspectivas monoculturais. Nesse sentido, Maria et al. (2025) ressaltam que a educação antirracista deve ser compreendida como um processo permanente de revisão curricular, de produção de materiais representativos e de fortalecimento de práticas que valorizem diferentes identidades culturais. A incorporação dessa perspectiva amplia as possibilidades de participação dos estudantes e contribui para a construção de relações mais respeitosas no ambiente escolar.

Os estudos de caso assumem papel relevante na formação docente por possibilitarem a análise aprofundada de situações concretas envolvendo manifestações de racismo e discriminação. A investigação de experiências reais favorece a compreensão das múltiplas formas pelas quais as desigualdades raciais se manifestam nas instituições educacionais, permitindo que os profissionais desenvolvam competências voltadas à mediação de conflitos e à promoção de práticas inclusivas. Essa abordagem fortalece a relação entre teoria e prática no processo formativo.

A utilização de intervenções pedagógicas planejadas constitui importante estratégia para enfrentar situações de preconceito e exclusão. Tais ações possibilitam a criação de espaços de diálogo, reflexão e conscientização que estimulam o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade cultural presente na comunidade escolar. O caráter educativo dessas intervenções contribui para transformar experiências de discriminação em oportunidades de aprendizagem coletiva.

A promoção de relações étnico-raciais positivas exige o desenvolvimento de currículos comprometidos com a pluralidade de saberes e experiências. A valorização das contribuições históricas, culturais, científicas e sociais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas favorece a ampliação das referências identitárias dos estudantes e fortalece processos de pertencimento. Esse movimento contribui para a construção de uma educação mais representativa e socialmente comprometida.

A reflexão sobre racismo estrutural no âmbito educacional também envolve a análise das desigualdades de acesso, permanência e sucesso escolar. Diversos estudos demonstram que fatores socioeconômicos e raciais continuam influenciando trajetórias educacionais, revelando a persistência de barreiras históricas que limitam oportunidades de desenvolvimento para determinados grupos sociais. O reconhecimento dessa realidade constitui etapa fundamental para a formulação de políticas educacionais mais equitativas.

A formação continuada dos professores emerge como mecanismo indispensável para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas voltadas à promoção da igualdade racial. Programas formativos permanentes favorecem a atualização de conhecimentos, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de estratégias de intervenção adequadas aos desafios encontrados no cotidiano escolar. Esse processo fortalece a capacidade institucional de enfrentar manifestações de racismo de maneira consistente e fundamentada.

A presença de discursos discriminatórios nos espaços educativos evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas orientadas pelos direitos humanos. A atuação docente fundamentada em princípios de justiça, respeito e valorização da diversidade contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas responsabilidades sociais. Tal perspectiva amplia o potencial transformador da educação como instrumento de combate às desigualdades.

As relações estabelecidas entre escola, comunidade e cultura desempenham papel significativo na construção de práticas antirracistas. O diálogo com diferentes grupos sociais favorece o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados e amplia as possibilidades de construção de projetos pedagógicos mais inclusivos. Essa aproximação fortalece o vínculo entre educação e transformação social.

A análise das experiências educacionais demonstra que o enfrentamento do racismo estrutural não depende exclusivamente da ação individual dos professores, mas também do comprometimento institucional com políticas de inclusão e diversidade. A implementação de diretrizes pedagógicas consistentes e a criação de espaços permanentes de formação contribuem para consolidar uma cultura escolar orientada pela equidade racial.

Os processos educativos comprometidos com a justiça social estimulam o desenvolvimento de competências relacionadas à empatia, ao diálogo intercultural e à valorização das diferenças. Essas aprendizagens favorecem a construção de relações interpessoais mais respeitosas e fortalecem a convivência democrática no ambiente escolar. O impacto dessas ações ultrapassa os limites da instituição educativa e alcança diferentes dimensões da vida social.

A problematização crítica das desigualdades raciais contribui para ampliar a compreensão dos estudantes acerca dos processos históricos que estruturaram a sociedade brasileira. O acesso a conhecimentos contextualizados favorece a desconstrução de estereótipos e possibilita a formação de cidadãos mais conscientes das múltiplas expressões da diversidade humana. Esse movimento fortalece o papel social da educação na promoção da cidadania.

A valorização da identidade cultural constitui elemento central para a construção de ambientes educativos acolhedores. Quando os estudantes reconhecem suas histórias, culturas e experiências representadas nos conteúdos escolares, ampliam-se as possibilidades de participação, pertencimento e desenvolvimento acadêmico. A representatividade assume, nesse contexto, importante função pedagógica.

A elaboração de materiais didáticos comprometidos com a diversidade cultural contribui para ampliar perspectivas de aprendizagem e combater visões estereotipadas sobre diferentes grupos sociais. Recursos pedagógicos que apresentam múltiplas referências históricas e culturais favorecem a construção de conhecimentos mais abrangentes e inclusivos. Essa prática fortalece o compromisso da educação com a pluralidade.

A pesquisa educacional desempenha papel relevante na produção de conhecimentos capazes de subsidiar ações voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural. Conforme destacam Creswell (2021), Galvão e Ricarte (2019), a investigação científica permite compreender fenômenos complexos e construir interpretações fundamentadas que orientam práticas e políticas educacionais. O avanço desse campo de estudos contribui para o aperfeiçoamento das intervenções pedagógicas.

A utilização de procedimentos bibliográficos e documentais fortalece a análise crítica das políticas educacionais relacionadas às relações étnico-raciais. Fávero e Centenaro (2019) e Silva et al. (2009) destacam que a pesquisa documental possibilita compreender os processos históricos e institucionais que influenciam a organização das práticas educativas. Essa perspectiva amplia a compreensão dos desafios presentes no contexto escolar.

A revisão sistemática da literatura representa importante estratégia para identificar tendências, avanços e lacunas no campo da formação docente e das relações étnico-raciais. As contribuições metodológicas apresentadas por Morales (2022), Page et al. (2021) e Narciso e

Santana (2025) evidenciam a relevância da sistematização rigorosa das informações para a produção de conhecimentos confiáveis e socialmente relevantes.

A construção de práticas pedagógicas antirracistas exige comprometimento permanente com processos de reflexão crítica e transformação institucional. O reconhecimento das desigualdades historicamente produzidas constitui condição indispensável para a elaboração de estratégias educativas capazes de promover justiça, inclusão e respeito às diferenças. A atuação docente assume papel decisivo nesse processo.

Os estudos de caso revelam que intervenções pedagógicas planejadas podem produzir impactos significativos na redução de comportamentos discriminatórios e no fortalecimento das relações interpessoais. A mediação educativa favorece a construção de espaços de convivência pautados pelo diálogo, pela escuta e pela valorização da diversidade cultural. Essas experiências demonstram o potencial transformador da ação pedagógica.

A educação comprometida com a equidade racial não se limita à transmissão de conteúdos curriculares, mas envolve a formação de sujeitos capazes de reconhecer e enfrentar diferentes formas de injustiça social. Esse compromisso amplia o alcance das práticas educativas e fortalece a função social da escola como espaço de emancipação humana.

A articulação entre formação docente, estudo de caso e intervenção pedagógica representa uma importante estratégia para enfrentar os desafios impostos pelo racismo estrutural no contexto educacional. O fortalecimento de práticas antirracistas, sustentadas por conhecimentos científicos, reflexão crítica e compromisso ético, contribui para a construção de instituições educacionais mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a promoção da dignidade humana e da justiça social.

2.2.1. Compreensão do Racismo Estrutural no Contexto Educacional

A compreensão do racismo estrutural no contexto educacional constitui uma etapa indispensável para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a justiça social e a valorização da diversidade humana. O racismo estrutural não se restringe a manifestações individuais de preconceito, mas está inserido em processos históricos, políticos, econômicos e culturais que influenciam a organização da sociedade e produzem desigualdades persistentes entre diferentes grupos étnico-raciais. No campo educacional, essas dinâmicas refletem-se nas oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar, afetando significativamente as trajetórias acadêmicas e sociais de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) destacam que a educação das relações étnico-raciais exige uma compreensão crítica dos mecanismos que reproduzem

desigualdades, tornando a formação docente um espaço privilegiado para a desconstrução de práticas discriminatórias.

No ambiente escolar, o racismo estrutural pode manifestar-se de formas explícitas ou sutis, incluindo a invisibilização das contribuições históricas e culturais da população negra, a reprodução de estereótipos nos materiais didáticos, a ausência de representatividade nos currículos e a naturalização de discursos que reforçam hierarquias raciais. Segundo Nunes, Campos e Ferreira (2019), a implementação de práticas educativas fundamentadas na valorização da diversidade cultural representa uma importante estratégia para enfrentar processos históricos de exclusão e promover o reconhecimento das múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira. A escola, nesse sentido, desempenha papel fundamental na construção de novas perspectivas de convivência social pautadas pelo respeito às diferenças.

A permanência das desigualdades raciais no espaço educativo evidencia que o racismo não opera apenas por meio de atitudes individuais, mas também através de estruturas institucionais que influenciam expectativas, avaliações, oportunidades e relações interpessoais. França (2021) ressalta que a formação de professores voltada às relações étnico-raciais possibilita a ampliação da consciência crítica sobre os impactos dessas estruturas no cotidiano escolar, favorecendo a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas. Essa preparação contribui para que os educadores reconheçam situações de discriminação e desenvolvam intervenções capazes de promover ambientes educativos mais democráticos.

A análise crítica do racismo estrutural também requer a compreensão das formas pelas quais conhecimentos, narrativas e referências culturais são selecionados e legitimados nos currículos escolares. Freitas e Castro (2022) argumentam que a docência antirracista pressupõe a problematização de perspectivas históricas excludentes e a valorização de saberes produzidos por diferentes grupos sociais. Tal movimento amplia as possibilidades de representação, fortalece identidades historicamente silenciadas e contribui para a formação de estudantes capazes de compreender a diversidade como elemento constitutivo da vida coletiva.

Sob essa perspectiva, a formação docente assume papel estratégico na transformação das práticas educacionais e na construção de uma cultura escolar comprometida com a igualdade racial. Ligeiro e Brito (2021) observam que professores preparados para compreender as relações étnico-raciais tendem a desenvolver ações pedagógicas mais sensíveis às diferenças culturais e mais eficazes no enfrentamento de situações de preconceito e discriminação. A compreensão do racismo estrutural, portanto, não representa apenas um conteúdo formativo, mas uma condição essencial para a consolidação de processos educativos capazes de promover cidadania, participação social e respeito à pluralidade humana.

2.2.2. Formação Docente para a Educação Antirracista

A compreensão do racismo estrutural no contexto educacional constitui uma etapa indispensável para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a justiça social e a valorização da diversidade humana. O racismo estrutural não se restringe a manifestações individuais de preconceito, mas está inserido em processos históricos, políticos, econômicos e culturais que influenciam a organização da sociedade e produzem desigualdades persistentes entre diferentes grupos étnico-raciais. No campo educacional, essas dinâmicas refletem-se nas oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar, afetando significativamente as trajetórias acadêmicas e sociais de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) destacam que a educação das relações étnico-raciais exige uma compreensão crítica dos mecanismos que reproduzem desigualdades, tornando a formação docente um espaço privilegiado para a desconstrução de práticas discriminatórias.

No ambiente escolar, o racismo estrutural pode manifestar-se de formas explícitas ou sutis, incluindo a invisibilização das contribuições históricas e culturais da população negra, a reprodução de estereótipos nos materiais didáticos, a ausência de representatividade nos currículos e a naturalização de discursos que reforçam hierarquias raciais. Segundo Nunes, Campos e Ferreira (2019), a implementação de práticas educativas fundamentadas na valorização da diversidade cultural representa uma importante estratégia para enfrentar processos históricos de exclusão e promover o reconhecimento das múltiplas identidades presentes na sociedade brasileira. A escola, nesse sentido, desempenha papel fundamental na construção de novas perspectivas de convivência social pautadas pelo respeito às diferenças.

A permanência das desigualdades raciais no espaço educativo evidencia que o racismo não opera apenas por meio de atitudes individuais, mas também através de estruturas institucionais que influenciam expectativas, avaliações, oportunidades e relações interpessoais. França (2021) ressalta que a formação de professores voltada às relações étnico-raciais possibilita a ampliação da consciência crítica sobre os impactos dessas estruturas no cotidiano escolar, favorecendo a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas. Essa preparação contribui para que os educadores reconheçam situações de discriminação e desenvolvam intervenções capazes de promover ambientes educativos mais democráticos.

A análise crítica do racismo estrutural também requer a compreensão das formas pelas quais conhecimentos, narrativas e referências culturais são selecionados e legitimados nos currículos escolares. Freitas e Castro (2022) argumentam que a docência antirracista pressupõe a problematização de perspectivas históricas excludentes e a valorização de saberes produzidos

por diferentes grupos sociais. Tal movimento amplia as possibilidades de representação, fortalece identidades historicamente silenciadas e contribui para a formação de estudantes capazes de compreender a diversidade como elemento constitutivo da vida coletiva.

Sob essa perspectiva, a formação docente assume papel estratégico na transformação das práticas educacionais e na construção de uma cultura escolar comprometida com a igualdade racial. Ligeiro e Brito (2021) observam que professores preparados para compreender as relações étnico-raciais tendem a desenvolver ações pedagógicas mais sensíveis às diferenças culturais e mais eficazes no enfrentamento de situações de preconceito e discriminação. A compreensão do racismo estrutural, portanto, não representa apenas um conteúdo formativo, mas uma condição essencial para a consolidação de processos educativos capazes de promover cidadania, participação social e respeito à pluralidade humana.

2.2.3. Estudos de Caso como Estratégia de Reflexão Crítica

Os estudos de caso constituem uma importante ferramenta formativa para a compreensão das múltiplas manifestações do racismo estrutural no contexto educacional, pois possibilitam a análise aprofundada de situações concretas vivenciadas por estudantes, professores e comunidades escolares. A investigação de experiências reais permite identificar mecanismos de discriminação frequentemente naturalizados no cotidiano institucional, revelando como práticas, discursos e comportamentos podem contribuir para a reprodução das desigualdades raciais. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) ressaltam que a reflexão fundamentada sobre casos específicos favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das relações étnico-raciais, ampliando a capacidade dos educadores de compreender os desafios presentes no ambiente escolar.

A utilização dessa estratégia metodológica aproxima os conhecimentos teóricos das demandas práticas enfrentadas pelos profissionais da educação, promovendo uma formação mais contextualizada e significativa. Conforme destacam Trancoso, Lucas e Pinto (2022), a análise de situações concretas contribui para a reconstrução de sentidos pedagógicos relacionados à educação para as relações étnico-raciais, estimulando processos reflexivos que ultrapassam a mera reprodução de conteúdos normativos. O estudo de caso permite que os docentes examinem fatores históricos, culturais e institucionais envolvidos em episódios de preconceito, desenvolvendo maior sensibilidade para reconhecer manifestações explícitas e implícitas de discriminação.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de compreender as consequências emocionais, sociais e acadêmicas produzidas pelo racismo na trajetória dos estudantes. Muitas situações de exclusão não se apresentam de forma evidente, manifestando-se por meio de

expectativas reduzidas sobre o desempenho escolar, ausência de representatividade nos conteúdos curriculares, isolamento social ou práticas sutis de desvalorização cultural. França (2021) observa que processos formativos voltados às relações étnico-raciais devem estimular a capacidade de identificar essas dinâmicas invisibilizadas, favorecendo intervenções pedagógicas mais eficazes e humanizadas.

A análise crítica de experiências reais também fortalece a tomada de decisão diante de conflitos envolvendo questões raciais. Freitas e Castro (2022) argumentam que a docência antirracista exige preparo para lidar com situações complexas que demandam posicionamento ético, conhecimento teórico e compromisso com a promoção da justiça social. O estudo de caso oferece oportunidades para que os educadores avaliem alternativas de intervenção, discutam possíveis consequências de suas ações e desenvolvam estratégias pedagógicas adequadas às especificidades de cada contexto escolar.

Sob essa perspectiva, os estudos de caso contribuem para a formação de profissionais mais preparados para enfrentar os desafios relacionados ao racismo estrutural e para promover ambientes educativos comprometidos com a equidade. A reflexão sistemática sobre experiências concretas amplia a capacidade analítica dos docentes, fortalece práticas pedagógicas inclusivas e favorece a construção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade, na valorização das identidades culturais e na defesa dos direitos humanos.

2.2.4. Intervenções Pedagógicas para a Promoção da Equidade

As intervenções pedagógicas destinadas ao enfrentamento do racismo estrutural representam instrumentos fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a inclusão, a justiça social e a valorização da diversidade cultural. Tais ações devem ser planejadas de maneira contínua e integrada ao projeto pedagógico da escola, evitando abordagens pontuais ou restritas a datas comemorativas. Nunes, Campos e Ferreira (2019) destacam que a promoção da educação das relações étnico-raciais exige práticas permanentes que possibilitem o reconhecimento das contribuições históricas, culturais e sociais dos povos africanos e afro-brasileiros, fortalecendo o combate às desigualdades e aos preconceitos ainda presentes na sociedade.

Entre as estratégias mais relevantes encontram-se os projetos interdisciplinares, capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento na discussão de temas relacionados à identidade, diversidade e cidadania. Essas iniciativas favorecem uma compreensão mais ampla das relações raciais, permitindo que os estudantes analisem fenômenos históricos, culturais, econômicos e sociais de forma articulada. Maria et al. (2025) ressaltam que a construção de currículos comprometidos com perspectivas antirracistas amplia as possibilidades de

aprendizagem e fortalece processos educativos orientados pela equidade e pelo reconhecimento das diferenças.

As atividades culturais também desempenham papel significativo na valorização das identidades negras e no fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes. A realização de exposições, apresentações artísticas, feiras culturais, produções literárias e manifestações ligadas à cultura afro-brasileira contribui para ampliar a representatividade nos espaços escolares. França (2021) observa que experiências pedagógicas fundamentadas na valorização da diversidade favorecem a construção de ambientes educativos mais acolhedores e socialmente comprometidos, nos quais diferentes grupos culturais encontram reconhecimento e legitimidade.

As rodas de conversa e os espaços de diálogo constituem importantes mecanismos de conscientização e reflexão coletiva. Por meio dessas práticas, estudantes e educadores podem compartilhar experiências, discutir situações de discriminação e construir estratégias para a promoção de relações mais respeitosas. Ligeiro e Brito (2021) destacam que o diálogo favorece a desconstrução de preconceitos e contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à empatia, à escuta sensível e ao respeito pelas diferentes trajetórias de vida presentes na comunidade escolar.

A produção e utilização de materiais didáticos inclusivos complementam esse conjunto de ações ao ampliar a presença de referências positivas sobre a população negra nos processos de ensino e aprendizagem. Freitas (2022) defendem que a educação antirracista requer recursos pedagógicos capazes de representar a diversidade cultural da sociedade brasileira, contribuindo para combater estereótipos e fortalecer identidades historicamente invisibilizadas. As intervenções pedagógicas assumem papel transformador ao promover a consciência crítica, estimular a participação dos estudantes e consolidar práticas educativas comprometidas com a igualdade racial e os direitos humanos.

A construção de currículos inclusivos constitui uma das principais estratégias para o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente educacional, uma vez que os conteúdos escolares exercem influência direta na formação das identidades, na construção de valores e na compreensão das relações sociais. Durante longos períodos históricos, os currículos foram organizados a partir de perspectivas eurocêntricas que privilegiaram determinados grupos sociais em detrimento de outros, produzindo processos de invisibilização das contribuições históricas, culturais, científicas e políticas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Conforme destacam Nunes (2019), a implementação das diretrizes voltadas à educação das relações étnico-raciais representa um importante avanço na democratização do conhecimento e no reconhecimento da pluralidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

A presença de conteúdos relacionados à história da África, às lutas dos movimentos negros, às manifestações culturais afro-brasileiras e às contribuições da população negra para o desenvolvimento da humanidade amplia as possibilidades de identificação dos estudantes com os conhecimentos escolares. Carvalho, Nascimento e Costa (2024) argumentam que a representatividade curricular favorece a construção de referências positivas de pertencimento, fortalecendo a autoestima, a valorização das identidades culturais e o reconhecimento da diversidade como patrimônio coletivo. Quando diferentes grupos sociais encontram suas histórias legitimadas no espaço educativo, ampliam-se as oportunidades de participação e de construção de vínculos significativos com os processos de aprendizagem.

A valorização da diversidade no currículo também contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a desconstrução de estereótipos historicamente reproduzidos nos ambientes escolares. França (2021) ressalta que a educação das relações étnico-raciais não deve ser compreendida como um conteúdo isolado, mas como uma perspectiva transversal capaz de dialogar com diferentes áreas do conhecimento. Tal abordagem favorece a análise crítica das desigualdades sociais e promove reflexões sobre cidadania, direitos humanos e justiça social, fortalecendo a formação de estudantes conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais democrática.

Maria et al. (2025) observam que a presença de narrativas plurais nos recursos pedagógicos amplia horizontes interpretativos e contribui para a superação de visões limitadas sobre identidade, cultura e pertencimento social. A inclusão de diferentes perspectivas históricas favorece uma educação mais representativa e comprometida com a valorização das múltiplas experiências humanas.

Sob essa perspectiva, o currículo assume papel estratégico na promoção da equidade racial e na formação de cidadãos capazes de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da vida social. A construção de propostas curriculares inclusivas fortalece o compromisso da educação com a justiça social, amplia oportunidades de aprendizagem e contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a superação das desigualdades historicamente produzidas.

2.2.6. Escola como Espaço de Transformação Social

A escola ocupa uma posição privilegiada na construção de processos de transformação social, uma vez que constitui um dos principais espaços de formação humana, produção de conhecimentos e desenvolvimento da cidadania. Muito além da transmissão de conteúdos curriculares, a instituição escolar desempenha funções relacionadas à construção de valores éticos, ao fortalecimento da convivência democrática e à promoção do respeito às diferenças.

Freitas e Castro (2022) defendem que a educação possui potencial transformador quando orientada por princípios de inclusão, equidade e valorização da diversidade, tornando-se um instrumento capaz de contribuir para o enfrentamento das desigualdades presentes na sociedade.

O combate ao racismo estrutural exige que a escola assuma uma postura ativa diante das situações de discriminação e exclusão que afetam estudantes e comunidades historicamente marginalizadas. Trancoso, Lucas e Pinto (2022) destacam que a reconstrução de práticas pedagógicas comprometidas com as relações étnico-raciais favorece a criação de ambientes educativos mais acolhedores, participativos e socialmente responsáveis. A promoção de espaços de diálogo, reflexão e conscientização fortalece a capacidade da comunidade escolar de reconhecer e enfrentar comportamentos discriminatórios.

A atuação dos professores desempenha papel decisivo nesse processo, especialmente quando sustentada por uma formação qualificada que possibilite a compreensão crítica das desigualdades raciais e de seus impactos no cotidiano educacional. Ligeiro e Brito (2021) observam que educadores preparados para trabalhar questões étnico-raciais desenvolvem práticas mais sensíveis às diferenças culturais e mais eficazes na promoção de relações interpessoais pautadas pelo respeito e pela valorização da diversidade. O fortalecimento da formação continuada torna-se, portanto, elemento indispensável para consolidar ações pedagógicas transformadoras.

A transformação social promovida pela educação também depende do comprometimento institucional com políticas voltadas à inclusão e à equidade racial. França (2021) ressalta que o enfrentamento das desigualdades requer a participação articulada de gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade, fortalecendo uma cultura escolar baseada nos direitos humanos e na valorização das múltiplas identidades culturais. O envolvimento coletivo amplia as possibilidades de construção de práticas sustentáveis e socialmente significativas.

A escola assume a função de formar sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social e de atuar na construção de relações mais justas e democráticas. O reconhecimento da diversidade humana como valor fundamental da convivência social fortalece processos educativos comprometidos com a inclusão, a cidadania e a justiça social. A consolidação de práticas pedagógicas antirracistas contribui para que a instituição escolar se torne um espaço efetivo de transformação, promovendo oportunidades de aprendizagem, respeito às diferenças e fortalecimento da dignidade humana.

2.3. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A legislação educacional brasileira voltada à promoção da igualdade racial constitui um conjunto normativo fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar. Esse arcabouço inclui a Constituição Federal de 1988, que estabelece a igualdade como princípio basilar, além de dispositivos infraconstitucionais que reforçam o compromisso do Estado com uma educação inclusiva e democrática. As políticas públicas educacionais assumem papel estratégico ao orientar práticas pedagógicas e currículos escolares comprometidos com a valorização da diversidade étnico-racial, conforme apontam Nunes et al. (2019), ao destacarem a centralidade da formação docente na consolidação dessas diretrizes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) representam um marco importante na estruturação de práticas pedagógicas antirracistas, ao estabelecerem orientações para a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essas diretrizes não apenas orientam o trabalho pedagógico, mas também exigem uma reconfiguração epistemológica da escola, rompendo com perspectivas eurocentradas ainda predominantes. Nesse sentido, Freitas e Castro (2022) enfatizam que a implementação dessas diretrizes depende diretamente de processos formativos contínuos que promovam uma docência crítica e comprometida com a equidade racial.

No âmbito legislativo, destacam-se as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, ampliando o compromisso da escola com a diversidade cultural. A Lei nº 10.639/2003 representa um avanço ao reconhecer a importância da população negra na formação histórica do país, enquanto a Lei nº 11.645/2008 reforça a valorização dos povos indígenas, ampliando o escopo da educação para as relações étnico-raciais. Segundo França (2021), essas legislações impulsionam a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, embora sua efetivação ainda dependa de investimentos consistentes em formação docente e políticas públicas estruturantes.

2.3.1. Marco Legal da Educação Antirracista

O marco legal da educação antirracista no Brasil consolida-se a partir da Constituição Federal de 1988 e se fortalece com legislações específicas que reconhecem a diversidade étnico-racial como elemento estruturante das políticas educacionais. Nesse contexto, a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa um avanço significativo na institucionalização do combate ao racismo no ambiente escolar, ao incluir no currículo oficial a história e cultura afro-brasileira e indígena. Conforme destacam Nunes et al. (2019), tais

dispositivos legais impulsionam a formação docente para uma prática pedagógica comprometida com a equidade racial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) constituem um referencial normativo essencial para orientar práticas pedagógicas antirracistas. Essas diretrizes reforçam a necessidade de revisão dos currículos e das práticas escolares, visando à superação de concepções eurocêntricas ainda presentes na educação básica. Freitas e Castro (2022) argumentam que esse arcabouço normativo contribui para a construção de uma docência antirracista, baseada na reflexão crítica e na transformação social.

Do ponto de vista das políticas públicas, o marco legal também se articula com estratégias de formação de professores e produção de materiais didáticos. Como apontam Carvalho et al. (2024), a efetividade dessas políticas depende diretamente da formação inicial e continuada dos docentes, especialmente na área de Ciências, onde ainda há lacunas na abordagem das relações étnico-raciais. O marco legal não se limita à legislação, mas envolve um conjunto de ações integradas voltadas à promoção da igualdade racial na educação.

2.3.2. Lei nº 10.639/2003 e suas Implicações Pedagógicas

A Lei nº 10.639/2003 representa um divisor de águas na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica. Sua implementação implica uma reestruturação pedagógica que vai além da inclusão de conteúdos, exigindo uma revisão epistemológica das práticas educativas. Segundo Nunes et al. (2019), essa legislação inaugura um novo paradigma formativo para docentes, voltado à valorização da população negra e ao enfrentamento do racismo estrutural.

Do ponto de vista pedagógico, a lei demanda a construção de metodologias que problematizem a invisibilização histórica da população negra. França (2021) destaca que a formação docente para as relações étnico-raciais deve promover práticas pedagógicas críticas, capazes de desconstruir estereótipos e valorizar saberes afro-brasileiros. Nesse sentido, o currículo passa a ser compreendido como um espaço de disputa de narrativas e de afirmação identitária.

Entretanto, sua efetivação enfrenta desafios estruturais, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores. Freitas e Castro (2022) apontam que ainda há resistência institucional e lacunas formativas que dificultam a aplicação plena da legislação. Assim, a Lei nº 10.639/2003 não apenas institui um conteúdo obrigatório, mas convoca a escola a repensar suas práticas pedagógicas e suas bases epistemológicas.

2.3.3. Lei nº 11.645/2008 e a Valorização dos Povos Indígenas

A Lei nº 11.645/2008 amplia a legislação anterior ao incluir obrigatoriamente a temática indígena no currículo escolar, reconhecendo a importância dos povos originários na formação histórica e cultural do Brasil. Essa ampliação normativa reforça a necessidade de uma educação plural e comprometida com a diversidade étnico-cultural. Trancoso, Lucas e Pinto (2022) destacam que a formação docente deve reconstruir sentidos e práticas pedagógicas voltadas à valorização das identidades indígenas.

No campo pedagógico, a lei exige a superação de representações estereotipadas sobre os povos indígenas, frequentemente reproduzidas nos materiais didáticos e nas práticas escolares. Maria et al. (2025) afirmam que a educação antirracista precisa enfrentar os limites estruturais do currículo, que muitas vezes marginaliza saberes indígenas e afro-brasileiros. Dessa forma, a legislação atua como instrumento de reconfiguração curricular.

A implementação da Lei nº 11.645/2008 depende fortemente da formação docente e da produção de materiais didáticos adequados. Ligeiro e Brito (2021) ressaltam que professores ainda relatam insegurança para abordar a temática indígena, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais robustas. Assim, a lei representa não apenas uma obrigatoriedade curricular, mas um chamado à valorização da pluralidade cultural no espaço escolar.

2.3.4. Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) constituem um marco orientador das políticas educacionais voltadas à superação do racismo estrutural. Elas estabelecem princípios, fundamentos e orientações para a inserção da temática étnico-racial nos currículos escolares, promovendo uma educação mais inclusiva. Nunes et al. (2019) destacam que essas diretrizes fortalecem a formação docente ao propor uma abordagem crítica das relações raciais na escola.

Essas diretrizes também reforçam a necessidade de práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas, que valorizem a história e cultura afro-brasileira e indígena. França (2021) argumenta que a tessitura de projetos formativos deve considerar a complexidade das relações étnico-raciais, articulando teoria e prática no cotidiano escolar. Assim, o currículo deixa de ser neutro e passa a ser compreendido como espaço político e formativo.

Contudo, a implementação das DCNERER enfrenta desafios relacionados à resistência institucional e à falta de formação adequada dos professores. Freitas e Castro (2022) evidenciam que a construção de uma docência antirracista depende de processos formativos

contínuos e críticos. Nesse sentido, as diretrizes não apenas orientam, mas também exigem transformações estruturais no sistema educacional.

2.3.5. Desafios na Implementação das Políticas Educacionais

A implementação das políticas educacionais voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural enfrenta desafios significativos, especialmente no âmbito da formação docente. Carvalho et al. (2024) apontam que ainda existem lacunas na formação inicial de professores, o que compromete a efetividade das leis e diretrizes antirracistas. Dessa forma, a ausência de preparação adequada limita a incorporação dessas temáticas no cotidiano escolar.

Maria et al. (2025) destacam que os limites estruturais do currículo dificultam a consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente antirracistas, mantendo desigualdades históricas. Assim, a transformação educacional exige não apenas mudanças legais, mas também culturais e institucionais.

A produção e sistematização de pesquisas na área são fundamentais para subsidiar políticas públicas mais eficazes. Fávero e Centenaro (2019), assim como Page et al. (2021), ressaltam a importância de metodologias rigorosas de pesquisa documental e revisões sistemáticas para compreender os avanços e limites das políticas educacionais. Nesse sentido, superar os desafios da implementação requer articulação entre formação docente, produção científica e compromisso político com a equidade racial.

2.4. CURRÍCULO, REPRESENTATIVIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

A construção de um currículo inclusivo constitui um elemento central para o enfrentamento do racismo estrutural na educação, pois é por meio dele que se definem quais conhecimentos são legitimados e quais são marginalizados no espaço escolar. Nesse sentido, pensar currículo implica reconhecer que ele não é neutro, mas atravessado por disputas políticas, culturais e epistemológicas. A valorização da história e das contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas torna-se fundamental para a promoção de uma educação mais democrática e equitativa, como indicam Freitas (2022), ao destacarem a necessidade de uma docência antirracista comprometida com a transformação social.

A diversidade cultural no currículo também se relaciona diretamente com políticas educacionais como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que institucionalizam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Essas legislações ampliam o repertório cultural escolar e contribuem para o reconhecimento da pluralidade que constitui a sociedade brasileira. Nesse sentido, Nunes et al. (2019) afirmam que a efetivação

dessas normas depende da formação docente e da reestruturação curricular, de modo a superar práticas pedagógicas eurocentradas ainda predominantes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais reforçam a importância de um currículo que valorize identidades historicamente invisibilizadas. França (2021) destaca que a construção de práticas pedagógicas inclusivas exige a articulação entre formação docente e revisão crítica dos conteúdos escolares. O currículo passa a ser compreendido como instrumento de justiça social e de promoção da igualdade racial, contribuindo para a ressignificação das narrativas históricas no ambiente escolar.

2.4.1. Currículo e Justiça Social

O currículo, enquanto instrumento de organização do conhecimento escolar, desempenha um papel central na promoção da justiça social, pois define quais grupos sociais são representados e valorizados no processo educativo. Nesse sentido, a perspectiva de justiça social implica a desconstrução de desigualdades históricas presentes no campo educacional, especialmente aquelas relacionadas às populações negras e indígenas. Maria et al. (2025) destacam que os limites estruturais do currículo ainda dificultam a consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas e equitativas.

A construção de um currículo orientado pela justiça social requer a incorporação de perspectivas críticas que valorizem a diversidade cultural e combatam a reprodução de desigualdades. Isso implica reconhecer que o conhecimento escolar é historicamente situado e pode reproduzir hierarquias sociais. Freitas e Castro (2022) argumentam que a docência antirracista emerge como resposta necessária à manutenção dessas desigualdades, promovendo práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial.

Políticas educacionais como as DCNERER contribuem para orientar a construção de currículos mais justos e inclusivos, ao estabelecerem diretrizes para a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena. Nunes et al. (2019) ressaltam que tais políticas representam avanços significativos, mas dependem de efetiva implementação nas escolas, o que exige investimento em formação docente e revisão das práticas pedagógicas.

2.4.2. Representatividade nos Materiais Didáticos

A representatividade nos materiais didáticos é um aspecto fundamental para a construção de uma educação inclusiva, pois influencia diretamente a forma como os estudantes percebem a si mesmos e os outros. A ausência ou distorção de representações de pessoas negras e indígenas nos livros e recursos pedagógicos contribui para a perpetuação de estereótipos e invisibilizações históricas. Carvalho et al. (2024) destacam que a formação docente é essencial

para a análise crítica dos materiais didáticos, especialmente na área de Ciências, onde ainda há lacunas na abordagem das relações étnico-raciais.

A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 desempenham papel central ao exigir a inclusão de conteúdos que valorizem a diversidade étnico-racial nos materiais didáticos. Essas legislações impulsionam a produção de recursos pedagógicos mais representativos e contextualizados, contribuindo para a construção de uma educação antirracista. França (2021) aponta que a tessitura de práticas formativas deve considerar a análise crítica dos materiais utilizados em sala de aula.

Entretanto, ainda existem desafios significativos relacionados à qualidade e à representatividade dos materiais didáticos disponíveis. Ligeiro e Brito (2021) evidenciam que muitos professores relatam dificuldades em encontrar recursos adequados para abordar as relações étnico-raciais, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes nesse campo. A representatividade nos materiais didáticos é condição essencial para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.4.3. Educação para as Relações Étnico-Raciais

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) constitui uma política educacional voltada ao enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar, promovendo o reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial. Essa abordagem pedagógica está fundamentada em legislações como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, além das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas. Nunes et al. (2019) destacam que a ERER representa um avanço significativo na formação docente ao propor uma educação comprometida com a equidade racial.

A implementação da ERER exige a incorporação de práticas pedagógicas que problematizem as desigualdades raciais e valorizem os saberes afro-brasileiros e indígenas. França (2021) enfatiza que a formação docente para as relações étnico-raciais deve promover a reflexão crítica sobre o currículo e as práticas escolares, possibilitando a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Assim, a ERER se consolida como eixo estruturante das políticas educacionais contemporâneas.

No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação inicial e continuada de professores, bem como à resistência institucional. Freitas e Castro (2022) apontam que a construção de uma docência antirracista depende de processos formativos contínuos e de políticas públicas consistentes. Dessa forma, a ERER representa não apenas uma diretriz curricular, mas um compromisso ético e político com a transformação social.

2.4.4. Desconstrução de Estereótipos no Ambiente Escolar

A desconstrução de estereótipos no ambiente escolar é um processo fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural, pois contribui para a superação de representações negativas e simplificadas sobre povos negros e indígenas. Esses estereótipos, muitas vezes reproduzidos nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, reforçam desigualdades históricas e sociais. Maria et al. (2025) destacam que a permanência de estruturas curriculares excludentes dificulta a desconstrução dessas representações.

A escola desempenha um papel estratégico na formação de subjetividades e na construção de identidades sociais mais positivas e inclusivas. A implementação de políticas como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 contribui para a revisão dessas narrativas, ao inserir conteúdos que valorizam a diversidade cultural brasileira. Freitas (2022) ressaltam que a prática docente antirracista é essencial para desconstruir estereótipos e promover uma educação emancipatória.

A formação docente é um elemento-chave nesse processo, pois possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica diante de práticas e discursos discriminatórios. Nunes et al. (2019) afirmam que a qualificação dos professores é indispensável para a implementação efetiva da educação para as relações étnico-raciais, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

2.4.5. Valorização das Identidades Culturais

A valorização das identidades culturais no ambiente escolar constitui um princípio fundamental da educação para a diversidade, pois reconhece a pluralidade de experiências e saberes presentes na sociedade brasileira. Esse reconhecimento é essencial para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva, que respeite as diferenças étnico-raciais. França (2021) destaca que a formação docente deve promover práticas pedagógicas que valorizem as identidades culturais historicamente marginalizadas.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 desempenham papel central ao garantir a presença da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Essas legislações contribuem para a afirmação das identidades culturais dos estudantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e autoestima. Nunes et al. (2019) ressaltam que a efetivação dessas políticas depende da formação docente e da revisão das práticas pedagógicas.

A valorização das identidades culturais está diretamente relacionada à construção de uma escola mais inclusiva e sensível às diferenças. Freitas e Castro (2022) argumentam que a docência antirracista deve promover o reconhecimento das múltiplas identidades presentes no

espaço escolar, contribuindo para a superação das desigualdades raciais e para a promoção da justiça social.

2.5. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As práticas pedagógicas antirracistas na educação básica constituem um conjunto de estratégias fundamentais para a efetivação das políticas educacionais voltadas à promoção da equidade racial. Essas práticas buscam transformar o cotidiano escolar, combatendo discriminações e promovendo o reconhecimento das contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a escola passa a ser compreendida como um espaço de formação crítica e de construção de cidadania, no qual o currículo e as metodologias devem estar alinhados à valorização da diversidade étnico-racial. Conforme Freitas e Castro (2022), a docência antirracista exige uma postura pedagógica ativa e comprometida com a transformação social.

A implementação dessas práticas está diretamente relacionada às diretrizes da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que orientam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Nunes et al. (2019) destacam que tais normativas impulsionam a reconfiguração das práticas pedagógicas, exigindo dos professores uma formação crítica e contínua. Assim, as práticas antirracistas não se limitam a conteúdos, mas envolvem mudanças metodológicas e atitudinais no ambiente escolar.

A efetivação dessas práticas depende de políticas públicas de formação docente e de produção de materiais didáticos adequados, que favoreçam a implementação de abordagens pedagógicas inclusivas. Carvalho et al. (2024) ressaltam que ainda existem lacunas significativas na formação de professores, especialmente em áreas como Ciências, o que impacta diretamente a aplicação de práticas antirracistas. Dessa forma, as práticas pedagógicas antirracistas constituem um eixo estruturante para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com a equidade racial.

2.5.1. Metodologias Ativas e Educação Antirracista

As metodologias ativas constituem uma importante estratégia pedagógica para a promoção da educação antirracista, pois colocam o estudante como protagonista do processo de aprendizagem e favorecem a construção crítica do conhecimento. Essas metodologias permitem a problematização de questões sociais, incluindo o racismo estrutural, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e críticos. Freitas e Castro (2022) destacam que práticas

pedagógicas inovadoras são essenciais para a consolidação de uma docência antirracista comprometida com a transformação social.

No contexto da educação para as relações étnico-raciais, as metodologias ativas possibilitam a integração de saberes diversos, promovendo debates, projetos colaborativos e resolução de problemas relacionados à diversidade cultural. França (2021) afirma que a formação docente deve incentivar práticas pedagógicas que articulem teoria e prática, permitindo a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade. Dessa forma, o ensino deixa de ser meramente transmissivo e passa a ser investigativo e participativo.

A utilização de metodologias ativas contribui para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ao possibilitar abordagens mais dinâmicas e contextualizadas da história e cultura afro-brasileira e indígena. Nunes et al. (2019) ressaltam que a efetivação dessas legislações depende de práticas pedagógicas inovadoras, que valorizem a diversidade e promovam a equidade racial no ambiente escolar.

2.5.2. Projetos Interdisciplinares sobre Diversidade Étnico-Racial

Os projetos interdisciplinares constituem uma estratégia pedagógica fundamental para o desenvolvimento da educação antirracista, pois permitem a integração de diferentes áreas do conhecimento na abordagem da diversidade étnico-racial. Essa abordagem favorece a construção de uma compreensão mais ampla e contextualizada das relações raciais na sociedade brasileira. Maria et al. (2025) destacam que a superação dos limites curriculares depende da adoção de práticas interdisciplinares que valorizem saberes historicamente marginalizados.

A interdisciplinaridade possibilita o desenvolvimento de projetos que envolvam história, literatura, artes e ciências, promovendo o reconhecimento das contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. França (2021) afirma que a tessitura de projetos formativos na educação para as relações étnico-raciais deve considerar a articulação entre diferentes campos do saber, fortalecendo a aprendizagem significativa e crítica. Assim, os projetos interdisciplinares ampliam as possibilidades de enfrentamento ao racismo estrutural.

Esses projetos contribuem para a efetivação das políticas educacionais antirracistas, ao promoverem práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes curriculares nacionais. Freitas e Castro (2022) ressaltam que a construção de uma educação antirracista depende da integração curricular e do compromisso coletivo da comunidade escolar. Os projetos interdisciplinares tornam-se instrumentos potentes de transformação pedagógica e social.

2.5.3. Literatura, Arte e Cultura Afro-Brasileira na Escola

A literatura, a arte e a cultura afro-brasileira desempenham papel fundamental na construção de práticas pedagógicas antirracistas, pois possibilitam a valorização de narrativas e expressões culturais historicamente marginalizadas. Esses elementos contribuem para a formação de identidades positivas e para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. Nunes et al. (2019) destacam que a inserção desses conteúdos no currículo escolar é essencial para a efetivação das políticas educacionais voltadas à equidade racial.

No campo pedagógico, a utilização da literatura e das artes afro-brasileiras permite a desconstrução de estereótipos e a ampliação do repertório cultural dos estudantes. França (2021) afirma que a formação docente deve contemplar práticas que valorizem expressões culturais diversas, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Assim, a escola se torna um espaço de valorização das identidades e de resistência cultural.

A Lei nº 10.639/2003 reforça a importância da inclusão dessas manifestações culturais no currículo escolar, contribuindo para a construção de uma educação antirracista. Freitas e Castro (2022) ressaltam que a docência comprometida com a equidade racial deve incorporar práticas que valorizem a cultura afro-brasileira, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem e promovendo a justiça social.

2.5.4. Mediação de Conflitos e Enfrentamento ao Preconceito

A mediação de conflitos no ambiente escolar constitui uma estratégia essencial para o enfrentamento do preconceito racial e para a promoção de uma convivência mais respeitosa e inclusiva. Esse processo envolve a escuta ativa, o diálogo e a construção coletiva de soluções para situações de discriminação e violência simbólica. Maria et al. (2025) destacam que a permanência de estruturas curriculares excludentes contribui para a reprodução de conflitos relacionados ao racismo no espaço escolar.

A formação docente desempenha papel central na mediação de conflitos, pois possibilita a identificação e o enfrentamento de práticas discriminatórias. Freitas e Castro (2022) afirmam que a docência antirracista requer uma postura ética e crítica, capaz de intervir em situações de preconceito e promover a equidade racial. Assim, o professor atua como mediador e agente de transformação social.

Políticas educacionais como as DCNERER contribuem para orientar práticas de mediação e enfrentamento ao racismo, ao estabelecerem princípios para a promoção da igualdade racial na escola. Nunes et al. (2019) ressaltam que a efetivação dessas políticas depende de ações pedagógicas sistemáticas voltadas à construção de uma cultura escolar inclusiva e democrática.

2.5.5. Construção de Ambientes Educacionais Inclusivos

A construção de ambientes educacionais inclusivos é um dos pilares fundamentais das práticas pedagógicas antirracistas, pois garante condições equitativas de aprendizagem para todos os estudantes. Esse processo envolve a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação. França (2021) destaca que a formação docente deve estar orientada para a construção de espaços escolares mais inclusivos e sensíveis às desigualdades sociais.

A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 contribui para a criação de ambientes escolares que valorizam a história e cultura afro-brasileira e indígena. Nunes et al. (2019) afirmam que essas legislações são fundamentais para a promoção da equidade racial, desde que acompanhadas de políticas de formação docente e revisão curricular. A escola torna-se um espaço de reconhecimento e valorização das identidades culturais.

A construção de ambientes inclusivos depende de práticas pedagógicas intencionais e de uma gestão escolar comprometida com a diversidade. Freitas e Castro (2022) ressaltam que a docência antirracista deve atuar de forma coletiva e institucional, promovendo mudanças estruturais no cotidiano escolar. Dessa forma, os ambientes educacionais inclusivos contribuem para a consolidação de uma educação mais justa, democrática e antirracista.

2.6. ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

O estudo de caso no contexto escolar constitui uma estratégia metodológica relevante para compreender, de forma aprofundada, as manifestações do racismo e suas implicações no cotidiano educacional. A análise de situações concretas permite identificar padrões de discriminação, impactos no desenvolvimento dos estudantes e possibilidades de intervenção pedagógica. Conforme Creswell (2021), o estudo de caso em pesquisas qualitativas possibilita uma compreensão detalhada de fenômenos sociais complexos, como o racismo estrutural na escola. Nesse sentido, a investigação de situações reais contribui para a construção de práticas pedagógicas mais críticas e interventivas.

Do ponto de vista metodológico, a utilização de estudos de caso articulada à pesquisa documental e às revisões sistemáticas fortalece a análise das políticas e práticas educacionais. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a pesquisa documental é uma ferramenta importante para compreender políticas educacionais, enquanto Page et al. (2021) e Galvão e Ricarte (2019) reforçam a importância de protocolos sistemáticos para garantir rigor científico nas análises. Assim, o estudo de caso torna-se um instrumento essencial para investigar como o racismo se manifesta e é enfrentado no ambiente escolar.

A formação docente para as relações étnico-raciais é um elemento central na análise e intervenção em situações de racismo. Freitas e Castro (2022) e Nunes et al. (2019) destacam que a docência antirracista requer preparo teórico e prático para lidar com situações de discriminação, promovendo ações pedagógicas efetivas. Dessa forma, o estudo de caso não apenas descreve situações, mas também orienta práticas educativas transformadoras no contexto escolar.

2.6.1. Caracterização do Caso Investigado

Caso 01 – Estudante A (A1, 12 anos, Ensino Fundamental II)

Situação: A1, estudante negra, foi alvo de apelidos racistas por colegas durante o intervalo escolar, relacionados ao seu cabelo e cor da pele.
Tipo de situação: Racismo interpessoal (violência verbal e simbólica entre pares). Ação pedagógica indicada: Intervenção imediata da equipe pedagógica, mediação de conflitos, rodas de conversa sobre identidade racial e implementação de atividades baseadas na Lei nº 10.639/2003 com valorização da identidade negra.

Caso 02 – Estudante B (B2, 15 anos, Ensino Fundamental II)

Situação: B2 relatou que professores frequentemente ignoravam sua participação em sala e utilizavam exemplos estereotipados em atividades didáticas.
Tipo de situação: Racismo institucional e pedagógico (invisibilização e reprodução de estereótipos). Ação pedagógica indicada: Formação docente continuada, revisão de práticas pedagógicas e adequação curricular conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Caso 03 – Estudante C (C3, 10 anos, Ensino Fundamental I)

Situação: C3 sofreu constrangimento ao apresentar trabalho sobre cultura afro-brasileira, sendo ridicularizado por colegas. Tipo de situação: Racismo recreativo e cultural (desvalorização de saberes afro-brasileiros). Ação pedagógica indicada: Desenvolvimento de projetos interdisciplinares sobre cultura afro-brasileira, uso de literatura e arte afrocentrada e ações de sensibilização coletiva.

2.6.2. Identificação das Práticas Discriminatórias

As práticas discriminatórias no ambiente escolar se manifestam de forma explícita e implícita, abrangendo desde ofensas verbais até a invisibilização de identidades culturais. No Caso A1, observa-se o uso de apelidos pejorativos relacionados à aparência física, caracterizando racismo interpessoal. Segundo Freitas e Castro (2022), tais práticas reforçam desigualdades estruturais e exigem intervenções pedagógicas imediatas e contínuas.

No Caso B2, a discriminação ocorre de forma institucional, quando a participação da estudante é ignorada e conteúdos reforçam estereótipos raciais. Maria et al. (2025) destacam que os limites estruturais do currículo contribuem para a reprodução dessas práticas, evidenciando a necessidade de revisão curricular e formação docente crítica. Assim, o racismo institucional se apresenta de forma sutil, mas altamente prejudicial ao processo de aprendizagem.

Já no Caso C3, a ridicularização de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira evidencia o racismo cultural, que deslegitima saberes historicamente marginalizados. Nunes et al. (2019) afirmam que a implementação efetiva da educação para as relações étnico-raciais é essencial para combater essas práticas, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural como elemento estruturante do currículo escolar.

2.6.3. Impactos no Desenvolvimento dos Estudantes

Os impactos do racismo no desenvolvimento dos estudantes são profundos e abrangem dimensões cognitivas, emocionais e sociais. No Caso A1, a violência verbal sofrida pode gerar baixa autoestima, insegurança e evasão escolar simbólica, afetando diretamente o desempenho acadêmico. Freitas e Castro (2022) destacam que experiências de discriminação racial comprometem o processo de aprendizagem e o pertencimento escolar.

No Caso B2, a invisibilização em sala de aula pode resultar em desmotivação, desengajamento e redução da participação ativa, prejudicando o desenvolvimento acadêmico e social da estudante. Carvalho et al. (2024) ressaltam que a ausência de práticas pedagógicas antirracistas impacta diretamente a formação integral dos estudantes, especialmente em áreas que ainda reproduzem desigualdades estruturais.

No Caso C3, a ridicularização de sua produção escolar pode afetar a construção identitária e o reconhecimento positivo de sua cultura de origem. Maria et al. (2025) afirmam que a valorização das identidades culturais é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, sendo a escola um espaço fundamental para a construção de autoestima e pertencimento.

2.6.4. Atuação Docente diante das Situações de Racismo

A atuação docente diante de situações de racismo deve ser imediata, ética e fundamentada em práticas pedagógicas antirracistas. No Caso A1, o professor deve intervir no momento da ocorrência, promover diálogo com a turma e realizar atividades de conscientização sobre respeito e diversidade. Freitas e Castro (2022) destacam que a docência antirracista exige postura ativa diante de situações de discriminação.

No Caso B2, a atuação docente envolve revisão crítica das práticas pedagógicas, garantindo a participação equitativa dos estudantes e evitando a reprodução de estereótipos. Nunes et al. (2019) reforçam que a formação docente é essencial para identificar e transformar práticas discriminatórias institucionalizadas no cotidiano escolar.

No Caso C3, o professor deve valorizar o conteúdo apresentado, promover atividades de valorização da cultura afro-brasileira e incentivar o respeito às produções culturais dos estudantes. França (2021) afirma que práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a construção de uma educação antirracista, contribuindo para a desconstrução de preconceitos.

2.6.5. Reflexões Pedagógicas Decorrentes do Estudo de Caso

A análise dos casos evidencia que o racismo no ambiente escolar se manifesta de formas diversas e exige respostas pedagógicas estruturadas e contínuas. Creswell (2021) destaca que o estudo de caso permite compreender a complexidade dos fenômenos educacionais, revelando a necessidade de intervenções contextualizadas e fundamentadas teoricamente.

Observa-se que a efetividade das ações pedagógicas depende diretamente da formação docente e da implementação de políticas educacionais como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008. Freitas e Castro (2022) e Nunes et al. (2019) reforçam que a docência antirracista é um processo contínuo, que exige reflexão crítica e compromisso institucional com a equidade racial.

Tabela 1: Estudo de Caso e Ações Pedagógicas Propostas.

Caso	Idade Sigla	Tipo de Situação	Descrição da Ocorrência	Impactos Observados	Ações Pedagógicas Propostas
Caso 01	A1 12 anos	Racismo interpessoal (violência verbal)	Estudante negra sofreu apelidos racistas relacionados ao cabelo e cor da pele durante o intervalo escolar	Baixa autoestima, constrangimento, insegurança, possível evasão simbólica	Intervenção imediata da equipe pedagógica; mediação de conflitos; rodas de conversa sobre identidade racial; atividades com base na Lei nº 10.639/2003; valorização da estética negra
Caso 02	B2 15 anos	Racismo institucional/pedagógico	Estudante teve participação	Desmotivação, silenciamento, redução da	Formação docente continuada;

			ignorada e foi exposta a exemplos estereotipados em sala de aula	participação, prejuízo no aprendizado	revisão de práticas pedagógicas; reestruturação curricular conforme DCNERER; promoção de participação equitativa em sala
Caso 03	C3 10 anos	Racismo cultural/recreativo	Estudante foi ridicularizada ao apresentar trabalho sobre cultura afro-brasileira	Vergonha, insegurança identitária, desvalorização cultural	Projetos interdisciplinares sobre cultura afro-brasileira; uso de literatura e arte afrocentrada; campanhas de conscientização; fortalecimento da Lei nº 11.645/2008

Fonte: Autores, (2026)

Os casos analisados demonstram que o enfrentamento do racismo na escola requer ações integradas entre currículo, formação docente e práticas pedagógicas. Maria et al. (2025) destacam que superar os limites estruturais do currículo é fundamental para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista, capaz de transformar o ambiente escolar em um espaço de justiça social.

2.7. INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

A intervenção pedagógica no contexto escolar é um elemento central para a transformação das práticas educacionais e para o enfrentamento do racismo estrutural. Trata-se de um conjunto de ações planejadas que visam promover a equidade racial, fortalecer a valorização da diversidade e consolidar uma cultura escolar antirracista. Nesse sentido, a escola deixa de ser apenas um espaço de reprodução de conteúdos e passa a atuar como um território de transformação social, comprometido com a justiça racial. Conforme Freitas e Castro (2022), a docência antirracista exige práticas intencionais e contínuas que ultrapassem ações pontuais, consolidando uma perspectiva pedagógica transformadora.

A efetivação dessas intervenções está diretamente relacionada às políticas educacionais existentes, como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Nunes et al. (2019) destacam que tais normativas constituem base estruturante para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, mas sua efetividade depende da articulação entre currículo, formação docente e gestão escolar. Assim, a intervenção pedagógica deve ser compreendida como um processo sistêmico e não isolado.

Maria et al. (2025) enfatizam que a superação do racismo no ambiente escolar exige a transformação dos limites estruturais do currículo e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a intervenção pedagógica torna-se um eixo articulador entre teoria e prática, promovendo mudanças concretas no cotidiano escolar e contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente antirracista.

2.7.1. Planejamento da Intervenção Pedagógica

O planejamento da intervenção pedagógica constitui a etapa inicial e fundamental para a implementação de ações antirracistas no ambiente escolar. Esse processo envolve a definição de objetivos, estratégias, recursos e metodologias voltadas à promoção da equidade racial e à valorização da diversidade cultural. França (2021) destaca que o planejamento docente deve ser orientado por uma perspectiva crítica, capaz de integrar as relações étnico-raciais ao cotidiano pedagógico de forma estruturada.

O planejamento deve considerar as especificidades da comunidade escolar, identificando situações de racismo e desigualdade que necessitam de intervenção. Carvalho et al. (2024) ressaltam que a formação docente é essencial para que os professores consigam planejar ações pedagógicas eficazes no enfrentamento do racismo, especialmente em áreas curriculares que ainda apresentam lacunas formativas. Assim, o planejamento deve ser contextualizado e participativo.

O planejamento deve estar alinhado às políticas públicas educacionais vigentes, como as DCNERER e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Nunes et al. (2019) afirmam que a efetividade dessas políticas depende da sua incorporação sistemática no planejamento escolar, garantindo a presença contínua da temática étnico-racial no currículo.

2.7.2. Estratégias de Sensibilização da Comunidade Escolar

As estratégias de sensibilização da comunidade escolar são fundamentais para a construção de uma cultura antirracista, pois envolvem todos os sujeitos do processo educativo: estudantes, professores, gestores e famílias. Essas estratégias visam promover conscientização

sobre o racismo estrutural e estimular atitudes de respeito e valorização da diversidade. Freitas e Castro (2022) destacam que a transformação da escola em um espaço antirracista depende do engajamento coletivo da comunidade escolar.

Entre as estratégias possíveis, destacam-se rodas de conversa, campanhas educativas, seminários e eventos culturais que valorizem a história e cultura afro-brasileira e indígena. França (2021) afirma que práticas pedagógicas dialógicas são essenciais para a desconstrução de preconceitos e para a construção de uma consciência crítica sobre as desigualdades raciais. Assim, a sensibilização deve ser contínua e integrada ao cotidiano escolar.

A participação das famílias e da comunidade externa fortalece o impacto das ações de sensibilização. Maria et al. (2025) ressaltam que a escola não pode atuar isoladamente no enfrentamento do racismo, sendo necessária a articulação com diferentes atores sociais para consolidar práticas educativas inclusivas e transformadoras.

2.7.3. Formação Continuada para Educadores

A formação continuada para educadores é um elemento essencial para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas, pois possibilita a atualização teórica e metodológica dos professores diante das demandas contemporâneas da educação. Nunes et al. (2019) destacam que a formação docente voltada às relações étnico-raciais é fundamental para a efetivação das políticas educacionais antirracistas no ambiente escolar.

Essa formação deve contemplar conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como estratégias pedagógicas para o enfrentamento do racismo estrutural. Carvalho et al. (2024) afirmam que ainda existem lacunas significativas na formação inicial e continuada de professores, o que compromete a implementação efetiva das legislações educacionais. Investir em formação é condição indispensável para a transformação das práticas escolares.

Freitas e Castro (2022) ressaltam que a formação continuada deve promover uma docência reflexiva e crítica, capaz de identificar e combater práticas discriminatórias no cotidiano escolar. Assim, a formação docente se configura como eixo estruturante da educação antirracista.

2.7.4. Avaliação dos Resultados da Intervenção

A avaliação dos resultados da intervenção pedagógica é uma etapa fundamental para verificar a eficácia das ações implementadas no enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Esse processo deve considerar tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos, analisando mudanças no comportamento dos estudantes, nas práticas docentes e no clima escolar. Creswell

(2021) destaca que a avaliação em pesquisas educacionais deve ser sistemática e baseada em evidências.

No contexto da educação antirracista, a avaliação deve observar indicadores como redução de episódios de discriminação, aumento da participação dos estudantes e valorização das identidades culturais. Maria et al. (2025) ressaltam que a transformação curricular e pedagógica deve ser acompanhada de processos avaliativos que permitam identificar avanços e limitações das intervenções.

Fávero e Centenaro (2019) enfatizam a importância da análise documental e da observação sistemática como instrumentos de avaliação de políticas e práticas educacionais. Dessa forma, a avaliação torna-se um elemento essencial para o aprimoramento contínuo das ações pedagógicas antirracistas.

2.7.5. Perspectivas para uma Educação Antirracista Permanente

As perspectivas para uma educação antirracista permanente envolvem a consolidação de práticas pedagógicas contínuas que não se restrinjam a ações pontuais, mas que estejam incorporadas à cultura escolar. Freitas e Castro (2022) destacam que a docência antirracista deve ser compreendida como um processo permanente de reflexão e ação transformadora.

A institucionalização das políticas educacionais como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 é fundamental para garantir a continuidade das ações antirracistas no ambiente escolar. Nunes et al. (2019) afirmam que a efetividade dessas políticas depende da sua incorporação estrutural ao sistema educacional, garantindo sua permanência ao longo do tempo.

Maria et al. (2025) ressaltam que a construção de uma educação antirracista permanente exige a superação dos limites estruturais do currículo e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. Isso implica reconhecer que o currículo escolar não é neutro, mas historicamente construído a partir de perspectivas que, muitas vezes, invisibilizam ou subalternizam saberes de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Nesse sentido, superar tais limites significa promover uma reestruturação profunda dos conteúdos, metodologias e formas de avaliação, de modo que a diversidade cultural passe a ocupar um lugar central e não periférico no processo educativo. A escola, portanto, precisa deixar de ser um espaço de reprodução de desigualdades para se tornar um ambiente de valorização da pluralidade e de construção de saberes mais democráticos.

Ainda nessa perspectiva, o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas exige uma atuação docente crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social. Não se trata apenas de inserir conteúdos pontuais sobre relações étnico-raciais, mas de incorporar essa

temática de forma transversal e contínua no cotidiano escolar. Isso envolve desde a escolha de materiais didáticos até a forma como as interações em sala de aula são conduzidas, passando pela valorização das identidades dos estudantes e pelo combate ativo a qualquer forma de discriminação. A prática pedagógica passa a ser entendida como um instrumento político e formativo, capaz de contribuir diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A escola se consolida como um espaço de resistência, transformação social e promoção da justiça racial ao assumir um compromisso efetivo com a equidade. Esse papel não se limita ao ambiente interno da instituição, mas se estende para toda a comunidade, influenciando valores, comportamentos e formas de convivência social. Quando a escola adota uma postura antirracista, ela contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de reconhecer e combater desigualdades. O espaço escolar deixa de ser apenas um local de transmissão de conhecimento e passa a ser um território de emancipação, onde a diversidade é reconhecida como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano e social.

3. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender, de forma ampla e aprofundada, a relação entre formação docente e o enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar, evidenciando que a escola é simultaneamente um espaço de reprodução de desigualdades e de possibilidade de transformação social. Ao analisar o cotidiano educacional, foi possível identificar que as manifestações do racismo não se restringem a atos isolados, mas se expressam em práticas institucionais, pedagógicas e relacionais que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a investigação reforça a necessidade de olhar crítico sobre o papel da educação na manutenção ou superação dessas desigualdades.

Os estudos de caso analisados demonstraram que situações de racismo podem ocorrer em diferentes níveis, envolvendo estudantes, professores e a própria estrutura escolar. Essas ocorrências evidenciam que o racismo estrutural se manifesta de forma muitas vezes sutil, naturalizada e reproduzida no cotidiano, o que dificulta sua identificação imediata, mas não diminui seus efeitos. Ao contrário, seus impactos são profundos e atingem a autoestima, o desempenho escolar e o sentimento de pertencimento dos estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que a escola possui um papel fundamental na desconstrução dessas práticas discriminatórias quando adota uma postura pedagógica intencional, crítica e comprometida com a equidade racial. A formação docente aparece como

elemento central nesse processo, uma vez que professores preparados conseguem identificar situações de racismo, intervir adequadamente e transformar episódios de discriminação em oportunidades pedagógicas de aprendizagem e reflexão coletiva. Assim, a atuação docente torna-se um dos principais instrumentos de transformação da realidade escolar.

A intervenção pedagógica proposta ao longo do estudo demonstrou que é possível construir estratégias eficazes para o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar. A partir de ações planejadas, como atividades formativas, projetos interdisciplinares, rodas de diálogo e práticas de valorização da diversidade, observa-se a possibilidade concreta de ressignificação das relações escolares. Essas ações não apenas combatem situações de preconceito, mas também promovem uma cultura de respeito, reconhecimento e valorização das diferenças.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa é a importância de se compreender a educação como um processo contínuo de formação humana e social. Nesse sentido, a superação do racismo estrutural não ocorre de forma imediata, mas exige um compromisso permanente da escola, dos educadores e das políticas públicas. A mudança não está apenas nos conteúdos ensinados, mas na forma como esses conteúdos são trabalhados e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A formação docente, nesse contexto, assume caráter estratégico e indispensável. Professores que passam por processos formativos críticos e reflexivos tendem a desenvolver maior sensibilidade para lidar com questões étnico-raciais, além de ampliar suas práticas pedagógicas para além de abordagens tradicionais. Isso contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, que reconhece e valoriza as diferentes identidades presentes no espaço escolar.

A pesquisa também evidenciou que a transformação das práticas pedagógicas depende de uma articulação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e realidade escolar. Não basta apenas reconhecer a existência do racismo estrutural; é necessário desenvolver estratégias concretas para enfrentá-lo diariamente. Nesse sentido, o estudo de caso se mostrou uma ferramenta importante para aproximar a reflexão teórica das situações reais vividas no ambiente educacional.

A análise realizada reforça a necessidade de que o currículo escolar seja constantemente revisado e atualizado, de modo a contemplar de forma efetiva a diversidade cultural e étnico-racial da sociedade brasileira. Um currículo inclusivo contribui para a construção de identidades positivas e para a valorização de grupos historicamente marginalizados, promovendo um ambiente mais justo e democrático dentro da escola.

A intervenção pedagógica apresentada demonstra que pequenas mudanças no cotidiano escolar podem gerar impactos significativos na convivência e na aprendizagem dos estudantes. A criação de espaços de diálogo, o reconhecimento das diferenças e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena contribuem para a construção de um ambiente mais acolhedor e respeitoso, no qual todos os estudantes se sintam representados e valorizados.

Outro ponto importante evidenciado é que o enfrentamento do racismo estrutural na escola não é responsabilidade exclusiva do professor, mas de toda a comunidade escolar. Gestores, estudantes, famílias e demais profissionais da educação precisam estar envolvidos nesse processo, fortalecendo ações coletivas e contínuas de combate às desigualdades. A escola, enquanto instituição social, tem potencial para se tornar um espaço de transformação profunda da realidade.

A pesquisa alcançou seu objetivo ao demonstrar que a formação docente aliada a práticas pedagógicas antirracistas e intervenções planejadas pode contribuir significativamente para o enfrentamento do racismo estrutural. A educação, quando comprometida com a equidade e a justiça social, torna-se um instrumento potente de transformação, capaz de romper ciclos de exclusão e promover novas possibilidades de convivência baseadas no respeito, na diversidade e na igualdade.

Reafirma-se que a construção de uma escola verdadeiramente antirracista é um processo contínuo, coletivo e necessário. Os resultados apontam para a importância de investir na formação docente, no fortalecimento de políticas educacionais e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas como caminhos fundamentais para a consolidação de uma educação mais justa, humana e transformadora.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Iago Vilaça de; NASCIMENTO, Brenda Iolanda Silva do; COSTA, Fernanda Antunes Gomes da. **A formação docente em Ciências no contexto da educação das relações étnico-raciais: uma revisão da literatura.** *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.73820.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **A tessitura de um projeto de formação de professores: educação das relações étnico-raciais.** *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, p. 138-154, 2021. DOI: 10.17058/rea.v29i1.13117.

FREITAS, Tiago Morais de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. **Formação docente na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais: a insurgência contemporânea de uma aprendizagem da docência antirracista.** *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 27, n. 51, p. 1-23, 2022. DOI: 10.36704/eef.v27i51.7095.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIGEIRO, Isabela Rodrigues; BRITO, José Eustaquio de. **Formação docente para as relações étnico-raciais: o que dizem professores de sociologia do ensino médio?** *Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 13, n. 27, p. 135-152, 2021. DOI: 10.31639/rbpfp.v13i27.476.

MARIA, Beatriz Ramos de; CORDEIRO, Jaqueline; PINHEIRO, Laís Lemos Silva Novo; SOUZA, Raquel Oliveira de. **Educação antirracista na formação docente: entre a produção de práticas e os limites estruturais do currículo escolar.** *Aurum Revista Multidisciplinar*, v. 2, n. 5, p. 1-18, 2025. DOI: 10.63330/armv2n5-053.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NUNES, Antonio de Assis Cruz; CAMPOS, Luanda Martins; FERREIRA, Lucileide Martins Borges. **Formação docente e relações étnico-raciais: reflexões no contexto da Lei nº 10.639/03.** *Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 129-146, 2019. DOI: 10.31639/rbpfp.v11i22.263.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

TRANCOSO, Joelma dos Santos Rocha; LUCAS, Juliana Melo Rodrigues; PINTO, Antonio Henrique. **Formação de professores: (re)construindo sentidos e fazeres na educação para as relações étnico-raciais.** *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 187-205, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.70211.

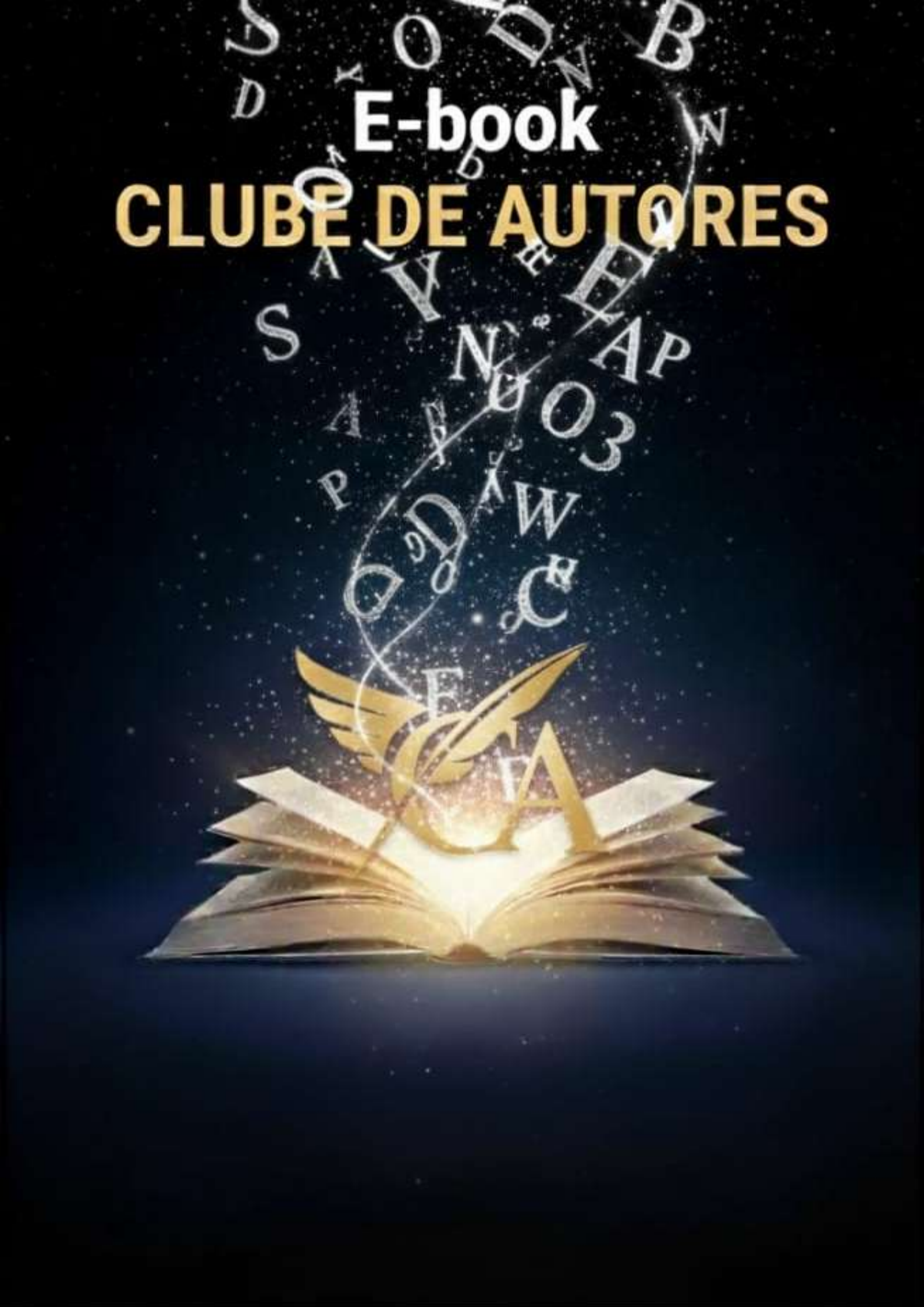
AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa intitulada *"Formação Docente e Racismo Estrutural: Estudo de Caso e Intervenção Pedagógica"*, a qual se constitui como resultado de um processo coletivo de estudo, reflexão e compromisso com a construção de uma educação mais justa, inclusiva e antirracista. O desenvolvimento deste trabalho só foi possível graças ao apoio acadêmico, às trocas de experiências e ao incentivo contínuo à produção científica voltada para a transformação social no campo educacional.

Agradecem especialmente aos docentes, colegas e pesquisadores que, ao longo do percurso formativo, contribuíram com discussões teóricas, sugestões metodológicas e reflexões críticas que enriqueceram significativamente a construção deste estudo. A convivência acadêmica e o diálogo constante foram fundamentais para o amadurecimento das ideias aqui apresentadas, fortalecendo a compreensão sobre a importância da formação docente no enfrentamento do racismo estrutural e na promoção da equidade racial no ambiente escolar.

Os autores também reconhecem a importância das experiências vividas no contexto escolar, que serviram como base para a construção dos estudos de caso e para a proposição das intervenções pedagógicas. Essas vivências permitiram uma aproximação concreta com a realidade educacional, evidenciando desafios, mas também possibilidades de transformação por meio de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e com o respeito às identidades culturais.

Por fim, expressam profunda gratidão às famílias e aos amigos pelo apoio, compreensão e incentivo ao longo de toda a trajetória de elaboração deste trabalho. Em especial, aos autores envolvidos diretamente na pesquisa — *Celine Maria de Sousa Azevedo, Simone Helen Drumond Ischkanian, Gladys Nogueira Cabral, Wandra Carla Silva Almeida, Silvana Nascimento de Carvalho, Sygride Nascimento de Carvalho, Gabriel Nascimento de Carvalho e Sandro Garabed Ischkanian* — pelo empenho, dedicação e compromisso coletivo com a construção deste estudo, que busca contribuir para o fortalecimento de uma educação antirracista e socialmente transformadora.


E-book
CLUBE DE AUTORES